



UM MANDATO, UMA PONTE: A PRÁTICA ATIVISTA NO LEGISLATIVO



**UM MANDATO,
UMA PONTE:
A PRÁTICA ATIVISTA
NO LEGISLATIVO**

FICHA TÉCNICA MANDATO 2024

VEREADOR
Ivan Moraes

COORDENAÇÃO DE GABINETE
Aluizio Câmara
Carol Vergolino
Catarina de Angola
Luana Varejão

EQUIPE LEGISLATIVA
Luana Varejão, Maria Mendes, Meyrielly
Silva e Rafaela Clericuzi

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO
Beto Figueiroa, Catarina de Angola, Eduarda Nunes,
Laura Morgado, Otávio Rêgo, Paulo Augusto
e Roberta Cardoso.

EQUIPE DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Aluizio Câmara, Carol Vergolino, Evlyn Cavalcanti,
Israel Gabriel Uçá, Joana Mendonça, João Pedro Si-
mões, Luiza Cavalcanti, Nise Santos e Valcir Pereira
da Silva .

EXPEDIENTE DA PUBLICAÇÃO

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO
Catarina de Angola
Ivan Moraes

PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO
Luciana Pinto / Reinvento - Criatividade
em Gestão Social

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Ana Paula Mendes Duarte / Coruja Serviços
Educacionais.

REVISÃO POLÍTICA
Aluizio Câmara
Carol Vergolino
Catarina de Angola
Ivan Moraes Filho
Luana Varejão

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Laura Morgado

PESQUISA DE IMAGENS E FOTOGRAFIAS
Beto Figueiroa

PESSOAS ENTREVISTADAS
Aluizio Câmara
André Araripe
Áurea Carolina
Avanildo Duque
Beto Figueiroa
Caia Maria

Carmem Silva
Carol Vergolino
Catarina de Angola
Clarissa Duarte
Conceição Mendes
Daiane Dultra
Dani Portela
Daniel Valença
Erika Nascimento
Evlyn Cavalcanti
Fernanda Costa
Fernando Silva
Germana Acioly
Gil Puri
Israel Gabriel Uçá
Ivan Moraes
Ivana de Souza
João Pedro Simões
Julia Magnoni
Luana Varejão
Luiza Cavalcanti
Marta Lima
Mayara Santana
Nise Santos
Otávio Rêgo
Patrícia Teodósio
Paulo Augusto Oliveira
Priscilla Gadelha
Rafaela Clericuzi
Roberta Cardoso
Rosa Sampaio
Valcir Pereira da Silva
Vitor Araripe



Esta publicação foi
licenciada em Creative
Commons sob a
atribuição 4.0

**UM MANDATO,
UMA PONTE:
A PRÁTICA ATIVISTA
NO LEGISLATIVO**



www.ivanmoraesfilho.com.br

6

APRESENTAÇÃO

10

1. INTRODUÇÃO

16

**2. PERCURSO
DA PESQUISA**

20

**3. AFINAL DE CONTAS,
QUEM É IVAN MORAES?**

24

**4. CONTEXTO E
CENÁRIO POLÍTICO**

44

5. METODOLOGIA DE UMA LEGISLATURA PARTICIPATIVA

82

6. COMO ESSAS FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS INTERAGEM?

96

CONSIDERAÇÕES FINAIS

99

MEMÓRIA GRÁFICA DO MANDATO



N-NGUÉM
ESCOLHE
MORAR
EM ÁREA
DE RISCO

APRESENTAÇÃO

Por Ivan Moraes

Quando decidi me candidatar à Câmara Municipal do Recife em 2016, eu tinha vários objetivos em mente: chamar a atenção para a importância da participação na política, mitigar a crise que atingia a política nacional e criar mais mecanismos reais de participação para aqueles que se organizam e lutam por direitos. Não por acaso, a própria campanha já trazia em sua forma e conteúdo um pouco da “cara” que daríamos ao mandato, caso fosse conquistado: transparência, participação e representatividade se consolidavam como princípios que guiariam o que seria feito.

Com as urnas anunciando nossa vitória e passada a merecida comemoração, era hora de tornar realidade tudo o que sonhávamos. Era o momento de, na prática, fazer com que aquelas ideias fossem concretizadas em um mandato parlamentar na capital pernambucana. Foi apenas nesse momento que me dei conta: havíamos investido todo o nosso tempo pensando em formas de ocupar a política e debatendo as pautas que queríamos levar à Câmara. Sabíamos, aqui e ali, alguns projetos de lei que desejávamos protocolar, e não havia dúvidas quanto ao caráter que teria esse gabinete. Seria diverso, tecnicamente competente e politicamente comprometido com o campo das esquerdas. Faria política de um jeito diferente, sempre guiado por um mantra que nos acompanhava desde o processo eleitoral: “a gente não tem obrigação de publicar tudo que faz, mas faz apenas o que pode ser explicado publicamente.”

Foi então que nosso grupo, o Agora é com a Gente, composto principalmente por profissionais liberais, trabalhadores e trabalhadoras de cultura, além de militantes em organizações não governamentais, se deu conta do primeiro desafio: já com o mandato conquistado, nós não fazíamos a menor ideia do que era, de fato, um mandato. Quer dizer, sabíamos que as tarefas eram “legislar e fiscalizar”. Também entendíamos que nossa experiência precisava assumir uma função educativa.

Mas como isso seria feito? Para se ter uma ideia, fui eleito vereador sem saber sequer o salário que teria ou mesmo a quantidade de cargos disponíveis no gabinete.

Para entender melhor a estrutura que eu iria gerir e as possibilidades de ação na Câmara, uma das primeiras coisas que fiz depois de eleito foi visitar a Casa José Mariano, sede oficial do legislativo municipal. Entrei no gabinete de colegas que conhecia de lutas (e vidas) anteriores, conversei com alguns servidores em cargos de coordenação e recebi informações sobre prazos, burocracias, como indicar nomes para a assessoria e sobre o dia a dia do poder. Mas, por mais simpáticos que fossem os parlamentares e solícitos os técnicos que me atenderam, havia sempre a impressão de que faltava alguma coisa.

Sabendo que havia um vereador do meu partido reeleito em Natal (o mais próximo do Recife), entrei em um carro e, com amigos, fui conhecer o mandato de Sandro Pimentel. Generosamente, ele me abriu todas as portas, explicou como montou sua equipe e me apresentou uma atividade que era marca de sua atuação política e acabou tornando-se também uma das minhas: as prestações de contas semanais nos ônibus da cidade.

Aos poucos, percebemos que, se, por um lado, havia muito pouco registro sobre o que “se tem que fazer” como vereador, por outro, essa lacuna gerava grandes possibilidades. Passo a passo, compreendemos que, na prática, cada mandato pode ter sua própria dinâmica e metodologia. Salvo atividades obrigatórias, como a participação em sessões e reuniões de comissões, grande parte do trabalho de um mandato é ditado pelo interesse do parlamentar e de seu grupo político, tanto na forma quanto no conteúdo. Essa percepção nos deu um salvo-conduto para que, em nosso primeiro planejamento, já com a equipe formada e com a participação intensa de lideranças da sociedade civil, criássemos nosso próprio plano de trabalho e uma matriz de monitoramento, inspirada nos moldes das ONGs em que muitos de nós havíamos atuado.

Entre acertos e erros, fomos aprendendo. A aproximação com outros mandatos ativistas, como a Gabinetona de Áurea Carolina e Cida Falabella em Belo Horizonte, o de Marielle Franco, no Rio de Janeiro, o de Talíria Petrone em Niterói, o de Sâmia Bonfim em São Paulo e o de Marquito em Florianópolis, só expandia nosso leque de possibilidades. Trazia ainda mais elementos e práticas que poderiam nos servir de exemplo e ganhar nossa cara e nossas cores. Entre a vontade de subverter o parlamento e a necessidade de avançar com nossas pautas no ambiente institucional, nossa prática foi se consolidando e uma metodologia foi sendo sedimentada. Nosso “cardápio” foi se formando à medida que nos apropriávamos das ferramentas possíveis ao trabalho de um vereador, adaptando algumas e criando novas.

Foi como aprender a nadar. Num primeiro momento, o esforço parecia grande demais e o avanço modesto. Mas, na medida em que a equipe e eu íamos acertando e errando, fomos construindo nossa própria fórmula e, com isso, as vitórias começaram a chegar.

Na reta final do segundo mandato consecutivo (e último desse ciclo), o desafio é fazer com que essa experiência possa se multiplicar. Com o registro de nossa prática coordenado pela Reinvento – Criatividade em Gestão Social, de Luciana Pinto, a ideia é que novos mandatos ativistas não precisem “começar do zero” ao se organizarem nos espaços que conquistaram eleitoralmente. Tenho certeza de que nem tudo o que fizemos se adequa a todas as pessoas que venceram e vencerão as eleições, mas também estou convicto de que há aprendizados em nossa trajetória que certamente serão úteis para quem está começando ou querendo reinventar-se na política. Embora o objeto do estudo tenha sido um mandato no Recife, acredito que muito do que apresentamos pode ser adaptável a outros contextos ou, no mínimo, inspirar novas experiências Brasil afora.

O relato não é apenas do “o que” fizemos, mas do “como” tudo foi realizado. Ele também é uma radiografia de possibilidades e um conteúdo importante para quem milita na sociedade civil e reconhece a importância de incidir nas instâncias da democracia formal. Conhecendo um mandato por dentro, quem luta por direitos poderá compreender melhor as ferramentas que utilizamos, seja para espelhá-las no ambiente não governamental ou para cobrar com mais eficiência as ações de quem foi eleito para representar a população na política institucional.

Ressalto aqui a importância dos nossos erros e do que poderíamos ter feito melhor. A gestão da equipe, por exemplo, é um desafio constante. Se a coordenação de um grupo que trabalha junto já não é simples em condições normais, a dificuldade aumenta ainda mais quando consideramos a importância de criar um ambiente saudável, seguro e acolhedor, em que atuam pessoas diversas dentro de uma estrutura complicada como a da política. A arte de equilibrar a construção de um bom mandato com a participação nos necessários e constantes embates (inclusive intrapartidários) também é uma habilidade que precisamos desenvolver melhor.

Espero, do fundo do meu coração, que este documento possa ser mais que um registro histórico dos meus dois mandatos. Que ele seja um documento vivo, adaptável, transformável, reinventável e que sirva como a mão que eu precisei quando dei meus primeiros passos na política.

Boa leitura!



INTRODUÇÃO

Para falar do mandato Ivan Moraes a gente precisa trazer aqui muitas pessoas. Isso se dá porque ao longo dos mandatos, cada vez mais cresceu o caldeirão que misturou identidades, origens, sentimentos e sonhos.

Tudo começou com a provocação que Ivan se acostumou a receber lá por 2015 de companheiras e companheiros de militância, de trabalho e de afetividades: “*Se tu se candidatar eu voto em tu!*” Devagarinho, isso saiu da provocação para o sonho! E o sonho virou desejo, e o desejo virou campanha em 2016, que só aconteceu porque muita gente topou a única condição colocada por Ivan naquele momento:

“— *Eu vou, mas bora junto comigo?*”

O que se queria era novo. Naquela época as ideias soaram abstratas para muitas pessoas, e fez muita gente franzir a testa antes de, devagarinho, ir entendendo a proposta, que foi ganhando formas e cores desde a primeira campanha para vereador no Recife.

Ivan é um corpo que, desde sua militância pelos direitos humanos, até à vereança, escolheu estar ao lado da luta das mulheres, populações em situação de rua, ocupações urbanas, população LGBTQIAPN+ e pessoas negras. Daí começou a caminhada à Casa de José Mariano, como nos referimos em Recife à Câmara de Vereadores, e em 2017 a turma chegou lá com [Ivan para tomar posse](#) do primeiro mandato.

Esse modo de fazer política não se forjou de forma isolada. Ao contrário, se constituiu na esteira de um terreno fértil para que Ivan e tantas outras pessoas pelo Brasil adentro buscassem, em suas cidades e estados, inovar seu fazer político. [O comunicador](#), que na ocasião do início do seu primeiro mandato, era ainda neófito na política institucional, também moldou sua liderança em formas e conteúdos neste universo de atuação à medida em que aprendia como tudo funcionava.

No exercício da vereança as ideias e estratégias ganharam corpo, forma, cor, e cada vez mais e mais gente chegou para somar. E veio a [segunda campanha](#), e com ela a [reeleição para outra vereança](#), perfazendo um trajeto de dois mandatos do vereador Ivan Moraes no poder legislativo municipal do Recife. Ao longo desses oito anos, muita coisa aconteceu: mudanças de governo em instâncias municipais, estadual e federal, pandemia, avanço da emergência climática, um governo de extrema direita que se agrava com a deterioração dos direitos fundamentais da população, além de tantos outros velhos problemas. Mas teve também muita coisa boa, e algumas delas a gente vai contar por aqui, respondendo uma pergunta que é de muita gente: *Como foi que vocês fizeram?*

A ideia dessa publicação é costurar essa história com a linha do COMO esse fazer foi pensado, de como essa turma se organizou para atuar na legislatura, e o que essa forma de fazer agregou de valor para a cidade e para a política. Inspirar quem tá chegando, novas candidaturas, futuros mandatos que ocuparão os espaços legislativos e a própria sociedade civil na sua relação com os espaços de poder.

Aqui a conversa é sobre como esse modo de operar fez a diferença, juntando alguns ingredientes que foram desde as ferramentas já disponíveis na Câmara, à experiência apreendida pela companheirada de luta que veio antes para estes espaços políticos, e a vontade de fazer com que isso se multiplicasse, e ganhasse corpo, reconhecendo essas práticas como uma metodologia, que permita multiplicar, adaptar e juntar saberes, melhorar, inventar outras coisas no futuro. Muitos caminhos poderiam ser adotados, a reflexão aqui pretende dialogar com a diferença aportada por esse caminho escolhido.

É preciso, porém, não perder de vista que essa metodologia expressa uma profusão de experiências legislativas que surgiram no país, e que se conectam entre si, para gerar aprendizados, trocas e inovação, motivadas pela necessidade de reinventar a política institucional, de levar diversidades para os espaços legislativos, e que se consolidou em uma agenda denominada [“Ocupa Política”](#). A proposta dessa iniciativa foi de juntar as forças e desenvolver novas formas de fazer política, que fortalecesse e recuperasse os sentidos dos espaços legislativos no Brasil, enquanto a casa do povo!

Para facilitar a leitura, este documento começa situando Ivan Moraes, tanto por ele mesmo quanto pelo olhar das muitas vozes ouvidas durante a pesquisa para a construção do conteúdo. Em seguida, apresentamos o contexto em que os mandatos atuaram, destacando o pano de fundo político sobre o qual essa história é contada. São abordados os desafios, as motivações e os enfrentamentos realizados durante as legislaturas, elementos que reforçaram a necessidade de fazer diferente.

O modelo de gestão e governança desenvolvido, revisitado e consolidado é

► [Equipa que encerra o segundo mandato \(2024\)](#)

► [Equipa que inicia o primeiro mandato \(2017\)](#)





abordado a seguir, destacando-se como um ponto relevante da metodologia. O texto chama atenção para o diferencial a “equipa”¹, de assimilar demandas e enca-minhá-las, sendo esta a grande estratégia de mediação de relações, que reverbera na forma como o mandato interage com a própria Câmara de Vereadores, com o poder público municipal e com a sociedade em geral, potencializando a criatividade na sua prática política.

Em seguida, serão apresentadas duas experiências de aplicação da metodologia, escolhidas com base na escuta da equipe atual do mandato. Sob seu ponto de vista, essas experiências representam na prática o que buscamos conceituar aqui, consi-derando o conjunto de estratégias, ações e sujeitos envolvidos, além de como tudo isso se articulou. Trata-se da metodologia em ação, com a combinação poderosa entre o uso de instrumentos já disponíveis na Câmara de Vereadores e as ideias trazidas pelo mandato. E quem ganhou com tudo isso? A cidade.

Você também vai encontrar pequenos comentários, feitos a mão pelo próprio Ivan ao longo do texto. Pequenas anotações que suscitaram lembranças ao voltar ao texto final.

1. Durante todo o texto utilizaremos “equipa” e não “equipe”, para designar o grupo que atuou na assessoria dos Mandatos para enfatizar, também na linguagem, o lugar das mulheres no ambiente do mandato.

2



PERCURSO DA PESQUISA

Antes de mergulharmos no conteúdo da publicação, um movimento importante é entender como ela foi construída. Começamos chamando atenção para o fato de que esse material não parte do zero. Ele pode ser considerado uma síntese de tantos produtos desenvolvidos ao longo dos últimos oito anos, e, sobretudo, aprofundamento da publicação: “Um mandato, muitas vozes: fazendo a diferença no legislativo municipal”, lançada no final do primeiro Mandato, e que já trazia em seu bojo o DNA da metodologia de legislatura colaborativa, agregando mais elementos à construção dos mandatos ativistas. É nessa perspectiva que trazemos aqui os principais elementos que subsidiaram a pesquisa e a elaboração textual deste produto.

Ter uma consultoria para elaborar esse produto respondeu à necessidade de um mergulho de alguém distanciada do cotidiano do mandato, que pudesse se debruçar, estranhar, questionar e reafirmar intenções, pertinências e contradições, contribuindo com uma leitura aprofundada sobre o seu amadurecimento processual, entendendo como ele constitui uma metodologia, seus limites e possibilidades.

O ponto de partida foi a definição de pessoas de referência dentro do Mandato para apoio no processo de pesquisa e construção da publicação. Em seguida, a ideia e a consultoria foram apresentadas à equipe, com o cuidado de diferenciar este produto de um relatório de prestação de contas. Após essa introdução, foi construído um plano de trabalho que detalhou a metodologia adotada. Esse plano incluiu uma escuta prévia da equipe, por meio de momentos presenciais e do preenchimento de um formulário eletrônico. Esse processo permitiu alinhar expectativas, identificar pessoas estratégicas para entrevistas, criar um mapa de sujeitos, captar impressões iniciais sobre o diferencial do mandato e reafirmar o potencial dessas práticas para consolidação como metodologia.

Como parte dos produtos associados ao plano de trabalho, foi elaborado um esboço inicial do roteiro da publicação, que serviu de referência para a escrita. O conteúdo e as percepções sobre o Mandato, obtidos através de entrevistas, formulários, parti-

**INSTRUMENTOS
DE PESQUISA**



**GRUPOS
ENTREVISTADOS**



cipação em agendas e acesso à documentação produzida ao longo dos quase oito anos, foram determinantes para ajustar o sumário, buscando sempre conectá-lo com os objetivos estabelecidos e o material coletado.

Do ponto de vista dos instrumentais para escuta e coleta de dados em campo, foram estabelecidos roteiros de entrevistas individuais semiestruturadas e formulários eletrônicos, elaborados com base na sondagem inicial da equipe e nas leituras introdutórias sobre o mandato desde sua primeira legislatura. A correspondência entre os tipos de instrumentos e as pessoas a serem escutadas foi determinada pelo grau de aprofundamento desejado, conforme o vínculo que cada representação tinha com o mandato.

Escutamos cerca de 40 pessoas, incluindo membros da equipa, representantes do poder público, outros legisladores e legisladoras municipais e estaduais, sociedade civil, pesquisadores(as) e professores(as). Esse conjunto formou um mosaico de interpretações sobre o diferencial do mandato, confirmando uma metodologia inspiradora para outros atores sociais, como movimentos, organizações da sociedade civil, outras casas legislativas e potenciais candidatas e candidatos com chances de serem eleitos(as) em pleitos futuros.

As escutas ocorreram simultaneamente a leituras, filtragem e organização de informações documentais do Mandato, em formatos de texto e audiovisual. Esse processo permitiu que as entrevistas fossem, na medida do possível, organizadas em blocos de perfis, estabelecendo inicialmente uma lógica interna e, em seguida, expandindo para relações externas, à medida que as compreensões se consolidavam, como pode ser observado na ilustração a seguir.

O exercício expressado na imagem ao lado buscou combinar diversidade de perfis e contribuições dentro do Mandato, permitindo organizar informações por segmento e aprofundar o reconhecimento dos seus diferenciais. Isso se fez especialmente necessário diante de narrativas tão diversas, repletas de complementaridades, reafirmações ou contradições entre distintas percepções. Esse movimento possibilitou revisar e atualizar roteiros de entrevistas e formulários eletrônicos, garantindo maior assertividade e aproveitamento das interações realizadas.

O acompanhamento de audiências públicas, sessões solenes e agendas afins trouxe elementos importantes à percepção sobre o Mandato, informando sobre a sua credibilidade dentro e fora da Câmara. Observar, por exemplo, a interação com outras lideranças durante as agendas mencionadas permitiu perceber a presença de muitos dos elementos levantados nas narrativas acessadas durante as entrevistas e como esses elementos se expressavam no cotidiano.

Para a construção textual, chegou o momento de um mergulho profundo na escrita. Nesta fase, também houve uma revisão e ajuste do roteiro, atualizando-o de acordo com a qualidade das informações obtidas e refletidas, dando lugar ao produto final que aqui se encontra.

Até chegarmos a essa versão, foram necessários, em paralelo, uma leitura crítica da Assessoria Direta do mandato, instância de coordenação na equipa, que questionou, complementou e propôs elementos para a qualificação desta versão final, subsidiada por diálogos presenciais ainda mais aprofundados com o próprio Ivan Moraes e a Assessoria de Comunicação do Mandato, ofertando, ao final, doses de um sentimento vivencial impossível de ser capturado por um olhar externo, e proporcionando uma feliz convergência à relação entre distanciamento da realidade e experiência vivencial.

Só mais um detalhe! Este documento foi lançado em uma versão física (com poucas unidades) e também com uma versão digital. O físico tem o charme do impresso, mas o digital tem a infinitude das possibilidades. Então, se você está lendo a versão impressa, saiba que a digital funciona quase como um catálogo, em que buscamos vincular ao máximo possível o dito com o feito.



AFINAL, DE CONTAS, QUEM É IVAN MORAES?

Falar de Ivan Moraes é falar de alguém que construiu e liderou mandatos feitos com e por muitas vozes, em coro. Dessa forma, não caberia começar esse diálogo de um jeito protocolar, curricular ou individualizado. É importante começar a partir da ideia de que Ivan é muita gente! Foi a partir dessa crença que perguntamos às pessoas com quem conversamos: “quem é Ivan Moraes na política?”, ou outras vezes “Do que você lembra quando a gente fala em Ivan Moraes?” E aí, lâmpadas acenderam e os olhos brilharam.

Na maioria dos diálogos, Ivan Moraes, que antes de ser vereador é pai de Lua e Joãozinho, companheiro de Daiane e filho de Moraesinho e Sineide, Folião dos Amantes de Glória e do Frevo no pé em tantos carnavais, é também um defensor de direitos humanos. Cria do Centro de Cultura Luiz Freire e no Movimento Nacional de Direitos Humanos, ele compreendeu a importância de participar da política institucional para contribuir com as lutas sociais e pela justiça.

Ivan chegou à política impulsionado por sua militância e por sua atuação profissional no campo das organizações da sociedade civil, contribuindo para as lutas pelos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação. Durante os anos que precederam o golpe midiático-parlamentar que destituiu Dilma Rousseff da presidência da República, a ideia de “ser vereador” começou a deixar de ser uma metáfora da popularidade que ele exercia nos ambientes onde circulava.

Foi em 2016, no meio de uma passeata contra o golpe, que Ivan se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), buscando ampliar seu engajamento e contribuir com a construção de novas formas de fazer política. Passou a participar intensamente da vida política partidária, refletindo sobre a possibilidade de se candidatar, movido pelo estímulo geral de seu círculo de relações, ou de integrantes

Assim mesmo: 31 de março. O prazo era 2 de abril. Em plena conde da boa vista, eu e Daiane nos filiamos. Albanise assinou a ficha.

de organizações da sociedade civil e movimentos sociais com os quais interagiu em sua trajetória.

Naquela ocasião, o Recife, historicamente conhecido pela força das suas lutas em torno do direito à cidade, já havia vivido a efervescência do movimento “[Ocupe Estelita](#)” que, justo enquanto escrevemos estas linhas, celebra os 10 anos da ocupação do Cais. Naturalmente, Ivan estava lá.

Para além da trajetória profissional e militante, definir Ivan Moraes passa também por evocar um mix entre suas competências, sua trajetória e seus traços de personalidade. Nesse sentido, sua didática e generosidade se colocam a serviço do [direito humano à comunicação](#), ambiente onde conheceu muitas das pessoas aliadas que seguiram com ele rumo à política institucional. Na leitura de algumas destas pessoas, Ivan é esse homem ousado e íntegro, que preza por manter princípios, enquanto navega pelas complexidades da política.

Na visão de Ivan, sua atuação como vereador é, acima de tudo, um trabalho para o qual foi “contratado” pelo povo do Recife, através das urnas. Um trabalho que inclui a proposição de legislações para organizar e regulamentar a cidade, além da fiscalização do poder executivo municipal. Sua busca, entretanto, sempre foi fazer isso de forma que estivesse a serviço da sociedade e de suas demandas. Nesse compromisso, ele assumiu o propósito de atuar “para todo mundo que se organiza para lutar por direitos”, uma máxima fortalecida por sua própria trajetória. O fato de não ter focado em um tema ou uma territorialidade específica ampliou sua voz e fez com que sua ação fosse percebida como “sem fronteiras”. Uma atuação pelo bem e pelo compromisso com o Recife.

No ambiente legislativo municipal, logo se ressaltou a habilidade desse Vereador em aglutinar pessoas e partidos diferentes, muito por sua capacidade de mediar conflitos, e de trazer com segurança a disputa para o campo das ideias. Isso fez de Ivan uma referência tanto para vereadoras e vereadores que têm aliança com o atual governo², quanto para aquelas e aqueles que integram as mais distintas frentes de oposição, suas assessorias, bem como funcionárias e funcionários da Casa Legislativa.

Desde a primeira legislatura, Ivan acolheu as demandas da sociedade civil, afirmando um [Mandato antirracista, feminista, anticapacitista, antilgbtqiafóbico e antiproibicionista](#). “É um mandato, um gabinete e uma “equipa” que existem única e exclusivamente para trabalhar na institucionalidade as lutas de quem se organiza para lutar por direitos”, como ele próprio sempre diz. Todas as identidades atribuídas ao mandato, porém, só foram possíveis graças à diversidade da equipa, fator que influenciou também na escolha de levar o legislativo municipal para os diferentes territórios da cidade.

2. Quando essa publicação foi construída e lançada o Recife era governado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sob o comando do Prefeito João Campos. No primeiro mandato (2017-2020), a cidade foi governada por Geraldo Júlio, também do PSB.

O saldo destes dois mandatos, em números e de forma breve, [aponta para 72 projetos de lei apresentados, e 15 projetos aprovados](#)³. E evocamos João Cabral novamente para retumbar: “mas isso ainda diz pouco!” Porque o que queremos contar aqui é justamente o que esteve por trás (e às vezes à frente) desses números, inclusive, as estratégias que permitiram seu alcance. Dessa forma, o objeto dessa publicação é mostrar o diferencial que as práticas desenvolvidas pelo Mandato trouxeram à política institucional e à sociedade, chamando a atenção para elementos que fizeram o mandato ser reconhecido como algo essencial à política, trazendo pautas sociais e identitárias com consistência e descomplicando a linguagem legislativa, para a promoção da transparência.

Em síntese, apresentar Ivan Moraes, à luz de tantos e diferentes olhares, nos permite “dar a largada” na compreensão da metodologia desenvolvida pelo Mandato. É a partir daqui que estabeleceremos a diferença entre o vereador Ivan Moraes e o Mandato Ivan Moraes, como trataremos daqui por diante, em alusão à transição da individualidade da autoridade política do vereador para a dimensão coletiva do Mandato. Importante dizer que é uma escolha referir-nos sempre em maiúsculo, e retirando a preposição que evoca uma individualidade, neste caso, não desejada. Com isso, lançamos luz sobre a força da história que se construiu ao longo destes oito anos.

3. Até agosto de 2024.

4



CONTEXTO E CENÁRIO POLÍTICO

Falar sobre esse jeito de fazer do Mandato Ivan Moraes⁴ pressupõe situar elementos históricos e políticos vivenciados no Brasil e no Recife (PE), para entender o pano de fundo por trás da vereança, permitindo a compreensão das pontes entre as necessidades sócio-políticas apresentadas e as estratégias de respostas adotadas.

O CENÁRIO PRÉ-MANDATO (2013-2016): NA VÉSPERA DE TUDO COMEÇAR, FOI ASSIM

Como ponto de partida, fazemos referência a um período prévio ao primeiro Mandato Ivan Moraes, como vereador eleito do Recife: as mobilizações de junho de 2013, reconhecidas como um tempo de efervescência sociopolítica em diferentes âmbitos, envolvendo desde a população em geral, até os poderes executivos e legislativos, além da mídia, em todas as regiões do país.

Inicialmente estimuladas pelo aumento das passagens de transporte público em São Paulo, os protestos, liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL), ganharam rapidamente outras pautas, com o apoio popular, mas também enfrentaram violenta repressão policial, o que chamou atenção à necessidade de proteger direitos universais, como o direito à manifestação e à liberdade de expressão.

Essas manifestações expressaram um conjunto de contradições na política e na sociedade brasileira, pois ao mesmo tempo em que legitimavam reivindicações da população por direitos, abriam frestas à polarização social que se descortinava no país, e que teve como importante ingrediente a deturpação de sentidos em torno de conceitos como direitos humanos, liberdade de expressão, entre outros.

4. A partir daqui faremos um exercício de tratar o mandato como esse instrumento coletivo de luta, que ainda que formalmente se refira à pessoa do vereador Ivan Moraes de maneira mais individualizada, passa a expressar sua dimensão coletiva, diferenciando a pessoa Ivan Moraes de como está constituída a institucionalidade do seu mandato.

As mobilizações, porém, avançaram não só no sentido das manifestações públicas de sensibilização da sociedade em geral, fosse no âmbito virtual ou através das inúmeras atividades presenciais e de rua realizadas. No sentido desses avanços, um destaque que não pode ficar de fora foi o surgimento das “[Muitas](#)” em 2015, em Belo Horizonte, fruto de dinâmicas vivenciadas em outros países da América Latina e movimentos municipalistas pelo mundo, sob a égide de lutar por uma cidade mais justa. Com a proposta de reunir cidadãs e cidadãos insatisfeitos com aquele momento político, e definir estratégias de ocupação da política institucional, dentro de uma perspectiva de coletividade e horizontalidade.

Enquanto isso, no Recife, as manifestações se integraram aos movimentos sociais locais, sobretudo, os que faziam frente à especulação imobiliária e à destruição de áreas emblemáticas da cidade, reforçando uma trajetória histórica que faz parte do DNA de lutas da cidade do Recife, capaz de renovar e reforçar a participação de distintos setores sociais.

Em nossa cidade, o senso de resistência e solidariedade entre os manifestantes esteve entre as ferramentas mais importantes nestes enfrentamentos, sobretudo, no que se relacionou às práticas de violência policial, provocando uma reação de apoio mútuo e organização coletiva, que se destacou pela coesão e pela continuidade das mobilizações, mesmo diante da repressão.

OCUPE ESTELITA – A CIDADE É NOSSA, OCUPE-A!

Na capital pernambucana, um dos elementos emblemáticos das mobilizações sociais que marcaram a segunda década do século XXI foi o [Movimento Ocupe Estelita](#), formado por advogados, arquitetos, cientistas sociais, artistas, professores, estudantes e militantes pelo direito à cidade. O movimento [nasceu em 2012](#), com o foco na preservação de uma área histórica e cultural do Recife, ameaçada pela especulação imobiliária, denominada: Cais José Estelita.

“O CAIS JOSÉ ESTELITA DISPÕE DE 101,7 MIL METROS QUADRADOS, É FORMADO POR UM PÁTIO FERROVIÁRIO E ARMAZÉNS DE AÇÚCAR ABANDONADOS. A ÁREA FOI COMPRADA EM 2008 PELO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO NOVO RECIFE, PARA A CONSTRUÇÃO DE TORRES COMERCIAIS E RESIDENCIAIS DE ALTO PADRÃO.”

► Reintegração de posse da ocupação “Ocupe Estelita” (junho 2014)

► Solene em homenagem ao movimento Ocupe Estelita na Câmara Municipal do Recife. Iniciativa do mandato de Ivan Moraes (maio 2024)



Sob o lema “A cidade é nossa. Ocupe-a”, em 2014 as mobilizações em torno do Cais José Estelita se aprofundaram, a partir da ocupação da área por militantes, em função da tentativa, então irregular, de demolir os armazéns de açúcar abandonados no terreno, como marcador de um suposto início das obras previstas para a área.

Durante um mês a ocupação ao Cais José Estelita se manteve firme, fosse dentro ou fora do terreno, e mesmo após esse período as ações do Movimento Ocupe Estelita ainda se mantiveram em destaque por meses. Um processo que ganhou visibilidade local e nacional, tendo como diferencial sua integração à cultura local, via promoção de eventos como shows gratuitos de artistas renomados e atividades educativas, atraindo milhares de pessoas.

Um dos resultados importantes do Movimento, que configura uma conquista para todo o Recife foi a sanção da lei que garantiu a construção de um parque naquela região, conformando parte dos equipamentos públicos da cidade, e reduzindo, por consequência, o impacto da obra prevista para a área. Com sua trajetória, o movimento ampliar a participação pública nas decisões urbanas e no uso dos espaços da cidade e eu impacto inspirou outras mobilizações urbanas em outras cidades do Brasil.

Dez anos após a ocupação do Cais, enquanto elaborávamos esta publicação, foi sancionada pela prefeitura do Recife a lei que nomeia o parque já previsto para ser construído em parte da área do Cais José Estelita como Parque da Resistência Leonardo Cisneiros⁵, reafirmando a conquista da sociedade recifense, que minimiza o impacto da obra que vem sendo erguida neste território, assegurando, ainda que parcialmente, o uso da área para benefício da cidade e da sua população⁶.

5. Leonardo Cisneiros, filiado ao partido e militante dos direitos urbanos. Leonardo era professor universitário, pensador e ativista da cidade. Teve grande participação no movimento Ocupe Estelita e na criação do grupo “Direitos Urbanos – Recife”

6. Como parte da agenda comemorativa dos 10 anos da ocupação do Cais José Estelita, em junho de 2024 militantes e ativistas convocaram a sociedade para a inauguração popular do parque, num ato simbólico que reafirma o significado daquele espaço público, enquanto bem comum para a sociedade, a partir das lutas e da resistência encampada.

7. 2014.

DO GOLPE PARLAMENTAR AOS MANDATOS ATIVISTAS!

Na esteira das mobilizações e seus desdobramentos pelo Brasil, com o fortalecimento da polarização social em 2016, o país vivia tensões provocadas pela ameaça, e posterior concretização, do golpe que desencadeou no Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, 17 meses após o início de seu segundo governo⁷. O Golpe foi compreendido como uma ação parlamentar e midiática, que marcou profundamente o cenário político brasileiro, intensificando em muitos ativistas e lideranças sociais a necessidade de uma participação mais ativa na política institucional, para defender a democracia e os direitos. Em Recife, neste mesmo ano de 2016, Ivan Moraes se filiou ao PSOL, partido que se opôs e denunciou contundentemente o golpe contra o Governo Federal.



▲ Ato contra a reforma da previdência (2018)

A motivação para a pré-candidatura de Ivan a vereador do Recife, que se apresentou de forma independente de outras correntes partidárias, revelou-se como um ato de resistência e como um posicionamento nítido contra a ruptura democrática. Assim, esteve ligada ao sentimento de que a democracia precisava ser defendida de forma mais robusta e participativa, fazendo com que as agendas de mobilização social se somassem, influenciando a ocupação de espaços de poder e de decisão política.

No contexto em que Ivan lança sua pré-candidatura no Recife, outros estados e cidades do Brasil vivenciavam ondas semelhantes de mobilização sociopolítica com o olhar voltado à ocupação da política institucional, a exemplo da “[Gabinetona](#)”, mandato coletivo em Belo Horizonte, que se consolidou como o primeiro mandato compartilhado em Minas Gerais, fruto das mobilizações das “Muitas”, em 2015. Uma experiência motriz para as dinâmicas de ocupação da política que viriam na esteira do seu fortalecimento dos chamados “Mandatos ativistas”.

No Recife, as dinâmicas de mobilização na direção da ocupação da política institucional ganharam forças com o surgimento do coletivo “[Agora é com a Gente](#)” e a candidatura de Ivan Moraes pelo PSOL. A iniciativa buscou uma legislatura municipal participativa e inclusiva, refletindo valores de democracia e justiça social, engajando a comunidade nas decisões políticas, promovendo transparência

e assegurando respeito à voz da população recifense. A campanha, e a própria legislatura foram fortalecidas por uma geração ativista, como a que também ocupou espaços legislativos municipais, como as vereadoras [Marielle Franco](#) e [Talíria Petrone](#) (Rio de Janeiro e Niterói-RJ), e o vereador [Marquito](#) (Florianópolis, SC).

O IMPACTO DO GOLPE DE 2016 E AS ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA: O CASO DO OCUPA POLÍTICA

O Ocupa Política se define, à luz do próprio movimento, como uma confluência de organizações, coletivos da sociedade civil e Mandatos Ativistas voltada a uma renovação progressista nacional. A ideia que deflagra sua criação nasce em 2016, quando mandatos coletivos e de formação popular começaram a ser eleitos, como a Gabinetona, em Belo Horizonte, formada, como já mencionado, por Áurea Carolina e [Cida Falabella](#), Marielle Franco e Talíria Petrone, no Rio de Janeiro, Marquito, em Florianópolis, Ivan Moraes, aqui em Recife, entre outros exemplos, que deram lugar a uma usina geradora de inovação de ideias e trouxeram novos ares à política.

O estímulo à renovação política proposta pelo Ocupa Política se constitui através da inclusão de novos quadros, e da criação de mandatos que assegurem a dimensão participativa e a transparência em seu DNA. Sua implementação contou com a participação de uma diversidade de militantes sociais, membros de movimentos populares, organizações não-governamentais, ativistas, coletivos e cidadãos comprometidos com a transformação social e política e a orientação de mentores experientes, o movimento buscando transformar a política tradicional, promovendo a inclusão, a transparência e a participação popular.

Muitos foram os nomes que ocuparam lugares relevantes na gestação e execução do Ocupa Política. Em suas duas edições, [2017](#) e [2019](#) esse movimento gerador de alargamento no acesso e permanência a espaços de poder e de tomada de decisões, formado por pessoas de dentro e de fora da política institucional, comprometidas com valores como justiça social, defesa de direitos humanos, sustentabilidade ambiental e participação democrática. Uma dinâmica cara a uma geração que entende a importância de renovar e atribuir diversidade aos espaços, especialmente às casas legislativas do país. Um espaço de retroalimentação de ideias e princípios, aglutinação de potências que também inspirou muito do fazer político individual dos diferentes mandatos envolvidos, inclusive o Mandato Ivan Moraes, eleito no final do ano de 2016 para sua primeira legislatura.

- Monica Francisco, Talíria Petrone e Andreia de Jesus no Ocupa Política realizado no Recife em 2019
- Ivana de Souza, Jô Cavalcanti, Áurea Carolina e Ivan Moraes no Ocupa Política realizado no Recife em 2019





MAF LLE

O PRIMEIRO MANDATO IVAN MORAES – GUERREOU!

O primeiro Mandato Ivan Moraes, assegurado também pela força das mobilizações iniciais em torno do que seria o Ocupa Política, teve início em 2017. Neste período, também se ampliaram os tensionamentos no âmbito federal, por ocasião do governo de Michel Temer (MDB). Por esse prisma, não é difícil imaginar os desafios que se apresentaram às legislaturas de esquerda, sobretudo a este mandato em sua condição neófito, agravados pela campanha eleitoral e pela vitória da extrema-direita no pleito federal de 2018, para o mandato de 2019-2022. Uma cronologia breve, que remete aos incalculáveis retrocessos trazidos ao ambiente democrático, em grande parte fundados na negação de direitos básicos à população, intensificando suas condições de vulnerabilidade.

Mesmo em cenário adverso, o Mandato Ivan Moraes se consagrou como a primeira vereança do PSOL em Pernambuco, e chegou à Câmara Municipal como uma rajada de ar fresco, estimulando outros mandatos e a própria Câmara de Vereadores a revisitarem atitudes, estratégias e culturas internas. Como? Exemplos cotidianos e que poderiam ser interpretados como irrelevantes, diante da macro conjuntura, ilustram bem essa referência. Nesse sentido, trazemos aqui a conquista de um bicicletário para a Câmara de Vereadores, ausência que se tornou óbvia a partir do momento em que um assessor do Mandato teve seu meio de transporte furtado, pela falta de um espaço adequado para deixá-lo durante o expediente. Quando um vereador e boa parte da sua equipe passam a ir trabalhar de bicicleta e não encontram um recanto adequado para estacioná-las, nasce uma oportunidade para garantir esta possibilidade para toda a população.

Outra iniciativa nesse campo foi a contratação de uma intérprete de libras como integrante da equipe do Mandato Ivan Moraes, que pudesse traduzir de forma inclusiva as agendas virtuais ou presenciais na Câmara, assegurando o direito à informação para todas as pessoas que acessam aquele espaço. Isso, junto com uma luta interna e debates que duraram uma legislatura inteira, desencadeou a contratação de intérpretes de libras para a Câmara de Vereadores como um todo, pela primeira vez na história, no início de 2020.

Ainda no contexto das iniciativas internas inovadoras, é de fundamental importância registrar aqui a aceitação do nome social da advogada Robeyonce Lima, mulher, negra, trans e assessora do Mandato, nos registros oficiais da Câmara de Vereadores, o simbólico e cotidiano também era um ato político que, de forma pioneira, corrigia o erro histórico da invisibilidade às pessoas trans no quadro de funcionárias e funcionários da Câmara.

Tudo na nossa turma era diferente naquele cenário da Câmara. Nossas roupas, nossos cabelos, a diversidade da nossa equipe e até a quantidade de gente que se via dentro do gabinete. Tive gente que estranhou :)

◀ Ivan e João (no sling) durante sessão ordinária na Câmara Municipal do Recife (setembro de 2018)

◀ Patrícia Carvalho (em memória) em ato em protesto à execução de Marielle Franco (março de 2018)

Os exemplos mostram, ao final, que a pouca familiaridade com o protocolo da casa legislativa, natural a uma primeira legislatura, não inviabilizou que, desde o início, o Mandato, com a inquietação de quem questiona o que deveria parecer óbvio, consegue trazer mudanças simbólicas e concretas à cultura daquela casa legislativa, evocando a inseparável relação entre as mudanças internas e externas, que marcam características importantes da metodologia de atuação parlamentar.

Pouco a pouco, o conhecimento quanto à estrutura [foi sendo internalizado](#), ganhando intimidade da equipa e ditando tendências de novos modelos de relação, estabelecidas. Isso fica evidente no ambiente da Câmara, à medida em que a equipa do Mandato Ivan Moraes estava autorizada a representar o mandato em determinados espaços internos e externos, sem que isso ferisse as normas da casa, mas contribuindo para a descentralização de demandas, a horizontalização do poder e a consequente despersonificação do Mandato, que é percebido como atuante para além da figura do próprio Ivan.

Ao mesmo tempo em que o pouco conhecimento inicial às rotinas da câmara permitiu à equipa do Mandato uma autocrítica quanto à necessidade de poder ter chegado mais familiarizada com tais protocolos, foi a partir dessa lacuna que se reafirmou um elemento chave: a necessidade e a importância de uma comunicação didática na relação com a sociedade. A partir daí, ganhou força a iniciativa de evidenciar o que – de fato – faz um mandato, que ferramentas estão disponíveis, como podem ser qualificadas e como não só o mandato, mas, sobretudo, a sociedade pode lançar mão delas para ser mais assertiva na sua relação com a Câmara, qualificando assim suas lutas por direitos. É possível acessar o [planejamento do primeiro mandato aqui](#).

► Marcha da Maconha
Recife (2018)

► Audiência pública
sobre o Teatro do
Parque (2017)



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REABERTURA DO TEATRO DO PARQUE

Data: 24/08/2017 | Hora: 09h às 13h

Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife



LINHA DO TEMPO DO CONTEXTO POLÍTICO 2012 A 2020

Grandes protestos no Brasil, iniciados pelo aumento das tarifas de transporte público e expandindo para outras demandas. No Recife, destaca-se o surgimento do movimento Ocupe Estelita, em 2012, com a ocupação do Cais José Estelita em 2014. Também foi nesse momento em que foi fomentada, de modo mais visível, a polarização social que assola o Brasil até os dias atuais.

2012/2014
Manifestações Populares

Golpe midiático parlamentar que desencadeou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, na sequência, conduziu Michel Temer à Presidência da República.

2016
Impeachment

Novas lideranças em todo o país, atuando em resposta ao golpe e à crise de representatividade política, incluindo Marielle Franco, Talíria Petrone, entre outras. Esse também foi o período em que Ivan Moraes se candidatou a vereador no Recife, pelo PSOL, elegendo-se o primeiro legislador municipal pelo partido no estado de Pernambuco.

2016
Novas Lideranças

participação no 1º
Ocupa Política

Ivan Moraes Filho assume a vereança no Recife, para o mandato 2017-2020, com a constituição de um mandato marcado pela diversidade e participação popular. Participação no I Ocupa Política, uma iniciativa de ocupação de espaços de poder por lideranças comprometidas com a justiça social.

2017

Primeiro mandato

UM MANDATO,

Governo de extrema direita assume o poder federal, e maioria no Congresso. Se intensificam os tempos e desmonte de políticas públicas.

2018

Eleições estaduais e federal

Primeira edição do Recife Arretado, iniciativa que contou com forte protagonismo do mandato de Ivan Moraes, voltada para a escuta cidadã, com vistas à promoção de uma cidade mais inclusiva, democrática e participativa.

2019

Recife Arretado: 1ª edição

Pandemia de COVID-10, que impactou profundamente a vida política e social, exigindo adaptações nas estratégias de governança e comunicação do Mandato.

2020

Pandemia da COVID-19

O Mandato de Ivan Moraes foi reeleito para uma segunda legislatura, fortalecendo sua metodologia de atuação parlamentar.

2020

Reeleição do Mandato de Ivan

UMA PONTE

SEGUNDO MANDATO: CONTEXTO E ESTRATÉGIAS E CONTINUIDADE

Mesmo em um conturbado cenário social e político, as [eleições municipais de 2020](#) marcaram a transição do primeiro para o [segundo Mandato Ivan Moraes](#). Transição esta que se deu sob a sombria nuvem da pandemia de Covid-19, que durou oficialmente três anos, finalizando apenas em 2023. No Brasil, a pandemia se encerrou com uma notificação oficial de 38.210.864 casos e 708.638 mortes, números cuja gravidade também se relacionou à estratégia adotada pelo poder público federal, no governo de Jair Bolsonaro (PL), na prevenção e enfrentamento à doença. Mesmo assim, as campanhas de vacinação, em grande parte protagonizadas pelos governos estaduais e com suportes de prefeituras, permitiram que 82,5% da população brasileira assegurasse o esquema vacinal completo até o final de 2023.

Concomitantemente ao caos pandêmico, o Brasil teve que conviver com a polarização social que já se espraiava desde 2013, e que foi gravemente intensificada ao longo do tempo, chegando a um estado catastrófico durante a campanha eleitoral para o Governo Federal de 2022. Isso porque as mobilizações pré-eleitorais assumiram uma dimensão de violência em muitos aspectos, exigindo da sociedade civil, em seus mais distintos segmentos, esforços hercúleos para garantir a retomada democrática e dos valores republicanos no país, que teve seu grande passo com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o seu terceiro mandato. Isso, porém, sem que parte importante da sociedade e o próprio governo então eleito, perdessem de vista a consciência quanto ao muito o que se havia, e há, por fazer pela restauração de direitos, em um cenário ainda sombrio, em função de um Congresso Nacional majoritariamente conservador, com forte presença da extrema-direita.

Nessa ocasião, planejamentos, monitoramentos e reorientação de rotas passaram a ser instrumentos ainda mais necessários, fortalecendo a dimensão metodológica do Mandato, a fim de que ele conseguisse qualificar sua leitura da realidade, ajustar suas prioridades de atuação e condições de trabalho, para seguir enfrentando os novos e atuais desafios.

Alinhado aos trâmites e protocolos da Câmara de Vereadores, numa expressão do amadurecimento adquirido desde a caminhada iniciada nos anos anteriores, as ferramentas de gestão passaram a ser cada vez mais utilizadas, sendo consolidadas e qualificadas por estratégias inovadoras, ao mesmo tempo em que se replicaram no segundo Mandato várias práticas exitosas desenvolvidas no primeiro ciclo, a exemplo do próprio Recife Arretado, ao qual dedicamos o tópico seguinte, que teve sua segunda edição concluída em 2024, em um momento oportuno para incidir sobre a candidatura majoritária do PSOL à prefeitura do Recife.

► Audiência pública
contra a Mortalidade
Materna (maio de 2024)

► Ato Fora Bolsonaro
e em defesa da
democracia e da vida,
pandemia da Covid-19
(junho de 2021)



O QUE É?

É um processo de escuta participativa, de convergência de ideias de pessoas, coletivos e movimentos; que vem para estimular diálogos; fortalecer autonomias; ampliar resistências; definir estratégias; apontar prioridades e consolidar tudo em um projeto de cidade, de felicidade.

A gente tem que participar
e construir um

RECIFE VIRADO NUM MOI DE CUENTO

- Gestão democrática • Acesso à informação
- Participação e controle social
- Democratização do orçamento municipal
- Democracia radical • Antifisiologismo

Uma cidade que funcione bem
e que todas e todos acessem
serviços públicos de qualidade, um

RECIFE ROCHEDO

- Condições dignas de moradia e infraestrutura adequada • Saneamento
- Abastecimento • Uso de espaços públicos
- Planejamento urbano • Manutenção urbana
- Mobilidade • Acessibilidade

RECIFE ARRETADO

Onde a gente viva bem e feliz, em um

RECIFE MASSA

- Universalização dos Direitos Humanos e inclusão social
- Lazer • Esporte • Gênero, sexualidades e afetividades
- Anticapacitismo • Antirracismo • Antiproibicionismo
- Segurança cidadã • Direitos dos povos tradicionais
- Assistência social • Comunicação
- Educação • Saúde • Cultura

E que acolha nossas formas de
ganhar vida e distribua riquezas, um

RECIFE GERANDO

- Direito ao trabalho • Bem-viver • Economia solidária
- Anticapitalismo • Ecosocialismo • Meio ambiente
- Economia feminista • Economia criativa

QUEM PODE CHEGAR?

Todas e todos que se reconheçam no campo **PROGRESSISTA DEMOCRÁTICO**; De defesa do **ESTADO LAICO** e garantidor de **DIREITOS HUMANOS**; e com desejo de construir uma **ALTERNATIVA** aos atuais governos Municipal, Estadual e Federal, podem se chegar!

ETAPAS

MAIO A JULHO 2019

- Construção metodológica
- 1º Encontro Recife Arretado

AGOSTO A SETEMBRO 2019

- Lançamento virtual
- Enquetes virtuais e urnas volantes

SETEMBRO A

OUTUBRO DE 2019

- Pesquisa secundária
- elaboração do diagnóstico
- Consolidação da enquete virtual e urnas volantes

OUTUBRO DE 2019

A FEVEREIRO 2020

- Divulgação dos resultados iniciais e as atividades presenciais
- Encontros descentralizados atividades autogestionadas
- Entrevistas; Enquete virtual 'refinada'

FEVEREIRO A MARÇO DE 2020

- Sistematização e consolidação do Documento final;
- Lançamento público e socialização do documento final

CONTATO e-mail: recifearretado@gmail.com

RECIFE ARRETADO – UM PLANO DE FELICIDADE

Ao longo do primeiro mandato de Ivan Moraes, uma ideia foi carinhosamente gestada, em diálogo permanente e protagonístico com a sociedade civil de forma ampla, gradualmente ganhando corpo. A ideia de que uma cidade arretada deve ter como horizonte um projeto de felicidade! Esse foi o ponto de partida que norteou o “Recife Arretado”⁸, iniciativa mobilizadora de pessoas, coletivos, organizações e movimentos sociais, forjada como um espaço de convergência de ideias e propostas da população, para consolidar um projeto de cidade inclusivo e democrático⁹.

Sua materialização ocorreu a partir de uma escuta que forjou ideias, estimulou diálogos, fortaleceu autonomias, acolheu diversidades e apontou prioridades, sempre disposta a indicar caminhos para a participação popular e a incidência política, afirmando a cidade como um território orientado por demandas públicas e pela defesa dos direitos humanos.

Com sua primeira edição publicada em 2019, essa iniciativa destacou-se pelo compromisso com a produção de informações e a promoção da participação política, funcionando como uma ponte entre iniciativas pontuais e/ou estratégias maiores. Ao longo de sua trajetória, trabalhou pela inclusão social e econômica da população recifense, ao mesmo tempo em que possibilitou um amplo exercício de transparência nas ações do mandato. A valorização e preservação da cultura local também foram priorizadas, por meio do apoio a iniciativas que representassem a identidade e a história do Recife.

Na prática, foram realizadas consultas populares e audiências públicas para discutir projetos e políticas públicas, permitindo que a população participasse ativamente das decisões. Estabeleceram-se ainda parcerias com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, visando à promoção de ações conjuntas, complementares e potencializadoras.

Na lógica de produção de conhecimento, pesquisa e escuta – aspectos que aprofundaremos ao longo deste documento, em outros tópicos – o Recife Arretado construiu 50 diretrizes para a cidade. Essas diretrizes foram organizadas em torno dos seguintes eixos: Cidade Segura, Cultura, Educação, Limpeza Urbana, Mobilidade e Saúde. Em sua primeira edição, foram escutadas 535 vozes, que opinaram sobre as demandas a elas relacionadas e levantaram propostas para a melhoria das condições de vida da população e o acesso a direitos nesses campos.

O Recife Arretado trata-se, portanto, de um processo de construção de cidade que pode inspirar diferentes contextos, sejam através de iniciativas capitaneadas por outras legislaturas; organizações e articulações da sociedade civil; movimen-

8. A expressão “arretado” é uma gíria nordestina para referir-se a algo muito bom, corajoso ou feito com determinação.

9. Para saber mais, visite: www.recifearretado.com.br/

Ao final do primeiro mandato, a gente já estava craque em fazer crítica, mas entendemos que era preciso oferecer soluções possíveis para os problemas da cidade: nasce o Recife Arretado!



▲ Ação do Recife Arretado no Agosto das Juventudes (2019)

► Ato contra Reforma da Previdência (março de 2017)

tos sociais; poder público e mesmo partidos políticos.

A divulgação das ações desenvolvidas pelo Recife Arretado permitiu também publicar de forma ampliada e transparente as iniciativas do próprio Mandato, utilizando-se de ferramentas digitais e da realização de reuniões abertas para prestar contas e seguir escutando a população.

No âmbito do que o Mandato Ivan Moraes vem imprimindo, o Recife Arretado pode ser considerado uma prática de cultura participativa de subsídio aos poderes legislativo e executivo. Assim, ao mesmo tempo em que dialoga com o grande tronco da metodologia do Mandato, a partir de onde crescem os “galhos” com as diferentes tecnologias sociais adotadas, também é considerado uma iniciativa consistente, que possui metodologia específica.



5



METODOLOGIA DE UMA LEGISLATURA PARTICIPATIVA

A partir daqui, aprofundaremos como o Mandato Ivan Moraes trilhou seu percurso nas duas vereanças, indo além de sua atuação formal dentro da Câmara Municipal, buscando agregar valor ao papel do legislativo a partir da assimilação e proposição de novas formas de se relacionar com a cidade. É nesse contexto que se denomina esse modo de funcionamento como uma ‘metodologia de atuação parlamentar’, em um diálogo entre iniciativas inovadoras e autônomas do Mandato e os protocolos estabelecidos pela Câmara de Vereadores. Para isso, porém, é necessário lançar luz sobre algumas compreensões.

Primeiramente, é importante resgatar o papel do vereador e da vereadora, como representantes que ocupam espaço no poder legislativo, fiscalizando, orientando trajetos e percorrendo caminhos relacionados às leis, normas e suas aplicações na vida da cidade, visando ao bem-estar das pessoas e de seus ambientes.

Cabe também ao legislativo municipal observar, junto ao poder público, se as leis e normas definidas para a cidade são colocadas em prática, cobrando quando isso não ocorre, inclusive no que se refere à aplicação adequada de recursos, com base na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na avaliação anual das contas públicas da cidade, realizada com o suporte do Tribunal de Contas Estadual.

Dito isso, o que se apresenta aqui é um tronco metodológico que integra práticas e valores assumidos pelo Mandato, inspirados em outras legislaturas ou adaptados da sociedade civil, associados às ferramentas disponíveis na rotina da Câmara Municipal, visando qualificar a intervenção do poder legislativo e aproximar a população de seus representantes. Não apenas propondo, mas também qualificando e fiscalizando iniciativas para soluções na cidade, o Mandato atua de forma pedagógica, promovendo uma compreensão mais ampla do papel do poder legislativo.

O formato que o mandato tomou nos últimos anos foi fruto de um processo dinâmico, orgânico, progressivo. Contou muito a disposição da própria equipe em encontrar lacunas e propor mudanças, sempre nos momentos de planejamento e monitoramento a cada semestre.

A partir desses entendimentos, propomos um mergulho na noção de metodologia e sua importância nos ambientes legislativos, como caminhos para se alcançar, da melhor forma, os objetivos aos quais o Mandato se propõe.

A metodologia adotada pelo Mandato Ivan Moraes se constituiu a partir de um mosaico de compreensões trazidas pela equipe, por representações da sociedade civil e do poder público consultadas, bem como por organizações populares, agregando valor a essa abordagem. Ao costurar com tecidos, linhas, texturas e cores diversas as ideias que definem o fazer político do Mandato Ivan Moraes, sua legislatura passa a entender metodologia como:

“UM CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS E PRÁTICAS ELABORADOS DE FORMA ARTICULADA AOS PROTOCOLOS JÁ EXISTENTES NA CÂMARA DE VEREADORES, E EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE¹⁰, PARA A INCIDÊNCIA POLÍTICA NA GESTÃO MUNICIPAL, SEJA NO CAMPO DA APRESENTAÇÃO DE DEMANDAS E SOLUÇÕES, OU DA FISCALIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO, PRIORIZANDO QUEM SE ORGANIZA PARA LUTAR POR DIREITOS E AMPLIANDO O ACESSO DESSA POPULAÇÃO AOS PODERES CONSTITUÍDOS, GARANTINDO O PROTAGONISMO E FORTALECIMENTO DESSES SUJEITOS.”

10. Como sujeitos estratégicos estamos compreendendo aqui, entre outros: as organizações da sociedade civil, movimentos sociais, o ambiente acadêmico e a população em geral em suas diferentes formas de estar organizada.

11. Ainda que a resposta fosse relacionada a informar limitações, orientando sobre o papel do poder legislativo municipal e seu alcance, encaminhar para setores mais adequados às resoluções de suas demandas.

É tendo como ponto de partida essa compreensão, que observaremos o conjunto de tecnologias sociais, ferramentas e instrumentos que oportunizam o alcance dos objetivos dentro de uma legislatura, de forma a imprimir valores e princípios que geram conquistas à cidade e sua população. Intrínsecos a essa definição, estão o caráter educativo e a disponibilidade do Mandato para a abertura, à escuta e a flexibilidade para acolher e construir agendas e pautas trazidas pela sociedade civil, bem como o esforço para sempre garantir respostas¹¹, formando a tônica de atuação do Mandato, como veremos a seguir.

NOSSOS VALORES – UM MANDATO, UMA PONTE!

Com tantos elementos inovadores, releituras e adaptações de aprendizagens, atribuir ao Mandato Ivan Moraes o adjetivo de ser “ponte” pode não trazer uma novidade se pensarmos essa ideia associada ao papel do vereador de conectar a sociedade e o poder executivo. No entanto, além desse lugar ter sido reafirmado inúmeras vezes, durante os diálogos que compuseram o conteúdo desta publicação, seu diferencial reside na “matéria prima” que constitui essa ponte, e que têm na participação as ferragens e a argamassa que a sustentam.

Nesse sentido, o Mandato contribuiu para a retomada da experiência democrática, à medida que conectou não só os poderes legislativo e executivo, mas o fez de forma articulada com a população que se organiza para lutar por direitos. Agregando valor às práticas de resistência democráticas, em um contexto histórico político em que as possibilidades participativas se encontravam em tão alto grau de fragilidade.

A nuvem de palavras apresentada no início deste tópico, expõe o que de mais significativo permeou os diálogos estabelecidos com as vozes escutadas para produção deste material, revelando o potencial do que se desenvolveu e aperfeiçoou ao longo dos oito anos do Mandato.

Mesmo sem aprofundar cada expressão presente na nuvem de palavras, uma reflexão precisa ser evocada: houve ali uma diversidade de reflexões, em que se percebeu um consenso e uma complementaridade, entre os esforços empreendidos pela equipa e de quem interagiu com o Mandato a partir de outros lugares e papéis.

Ainda entre os materiais que constroem a ponte sobre a qual a sociedade atravessa a cidade, transitando na relação entre os poderes legislativo e executivo, a transparência foi um elemento importante. Ela ganhou materialidade de muitas formas, seja a partir da busca por se comunicar com a sociedade de modo mais nítido, tanto presencialmente, em reuniões específicas ou momentos públicos, quanto virtualmente, através da partilha sistemática de informações em redes sociais e ferramentas digitais afins, ou pela própria presença na mídia, seja através do exercício constante de garantir a publicização de dados e informações produzidas e acessadas pelo Mandato.

A Defesa radical dos direitos humanos, enquanto um princípio fundamental dos Mandatos Ivan Moraes se expressava em atuações voltadas ao direito à cidade e à moradia, à saúde, ou abraçando a causa antiproibicionista¹², a geração de renda e a assistência social; oferecendo por estas portas apoio aos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos organizados.

12. A causa antiproibicionista no Brasil envolve a luta contra as políticas de criminalização das drogas, que são vistas como responsáveis por perpetuar desigualdades sociais, encarceramento em massa e violência policial. O movimento defende a revisão das leis de drogas, promovendo a descriminalização e a adoção de políticas focadas em saúde pública e redução de danos (Boiteux, Luciana. 2018).

ESTRUTURA E GOVERNANÇA DO MANDATO

O Mandato Ivan Moraes foi estruturado com uma perspectiva coletiva, aperfeiçoando a lógica construída durante sua campanha eleitoral, e levando valores e aspectos importantes desse exercício para sua organização interna, influenciando nas dinâmicas cotidianas da Câmara de Vereadores.

A estrutura de gestão do Mandato se construiu com base nas experiências de Ivan e integrantes de sua equipe em movimentos sociais, coletivos temáticos ou organizações da sociedade civil, fazendo com que práticas já conhecidas nesses ambientes, se renovassem ao serem adotadas no legislativo, como mecanismo para assegurar um maior exercício de democratização do poder. Aliás, democratização essa, que se traduziu na descentralização da gestão e dos processos de tomada de decisão, baseada na escuta ativa e no reconhecimento de saberes diversos.

Os elementos trazidos no parágrafo anterior foram chave para a opção por uma coordenação melhor distribuída dentro da equipe, e despersonalizada da figura do vereador individualmente, ampliando a delegação das responsabilidades às pessoas integrantes do Mandato. Nesse sentido, a tradicional função de Chefia de Gabinete, no Mandato, foi substituída por um coletivo pessoas da equipe ao qual se denominou “Assessoria Direta”, composto por integrantes com diferentes expertises temáticas e políticas, que compartilharam as tomadas de decisões em reuniões semanais, e assumiram a interação com o restante da equipe.

A coordenação do Mandato, representada pela figura do próprio vereador, sempre em articulação com a assessoria direta, manteve diálogo constante com a equipe, promovendo reuniões gerais mensais e bilaterais, anuais ou semestrais, para escuta quanto às demandas, reflexões sobre conteúdos produzidos, compartilhamento de informações e, quando necessário, também a mediação de conflitos.

A autonomia profissional da equipe foi incentivada o tempo todo, permitindo que suas e seus integrantes se contrapusessem às ideias do vereador e da Assessoria Direta, na perspectiva de assegurar a multiplicidade de olhares e posicionamentos que qualificassem as práticas do Mandato.

A composição da Assessoria Direta, além do vereador, que assume uma posição de coordenação do Mandato, contou em sua última formação com quatro pessoas (em um momento, chegaram a ser oito), que atuavam em frentes permanentes e interconectadas, conformando a estrutura central do Mandato, quais sejam: a comunicação, legislativo/pesquisa e articulação/mobilização. Cabia a essa equipe ainda a interação com o trabalho de gestão de Recursos Humanos, diretamente articulada com uma integrante responsável pelas questões administrativas. Vale ressaltar que a gestão de pessoas é um desafio essencial, especialmente em gabinetes que contam com equipes mais numerosas. A ausência de ao menos uma pessoa com expertise

na área foi, sem dúvida, um fator dificultador no dia a dia do Mandato.

Nos primeiros quatro anos, diversos processos de imersão, dinâmicas de grupo, práticas psicopedagógicas e outras atividades foram realizados com o intuito de aprimorar os fluxos internos, prevenir conflitos e motivar o grupo. Embora alguns desses momentos tenham gerado bons resultados, é possível afirmar que não houve continuidade ou consolidação dessas práticas no cotidiano do gabinete, o que, naturalmente, fez falta.

Em relação à equipe do Mandato, esta é caracterizada por sua diversidade, tanto em competências quanto em identidades individuais, origens e histórias. Celebra-se aqui a valorização de experiências de vida, militância e ativismo. Nesse sentido, o Mandato se orgulha de sua heterogeneidade em termos de gênero, raça, orientação sexual, além das identidades constituídas através de vivências sócio-políticas, conferindo e consolidando no Mandato a presença de valores como feminismo, antirracismo, e antilgbtqiapn+fobia a partir, também, dessas práticas.

A democratização do acesso às vagas foi uma prioridade do Mandato, e levou em consideração a perspectiva de assegurar mecanismos de garantia das diversidades identitárias na equipe. Os processos de geração de oportunidades de acesso, muitas vezes foram encampados por seleções abertas, incluindo a criação de vagas rotativas, voltadas ao atendimento de demandas específicas, frequentemente com caráter pontual, mas que exigiam a expertise de uma ou um profissional, inexistente na equipe ou que, mesmo havendo, indisponível do ponto de vista de tempo, em face de suas demandas cotidianas. Em algumas oportunidades, essas vagas foram também utilizadas para a contratação de pessoas para a realização de tarefas “descobertas” devido a licença médica ou maternidade.

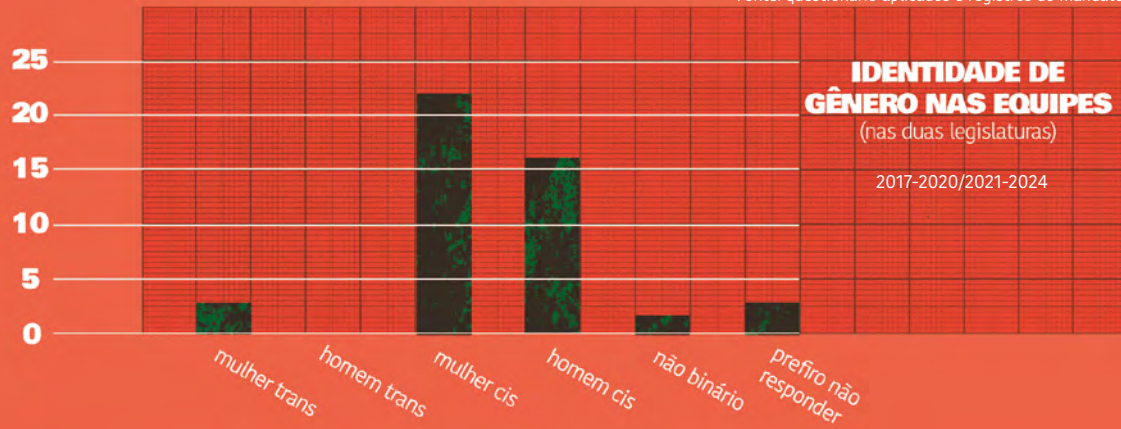
Do ponto de vista das identidades individuais, no levantamento de dados para a construção desta publicação, foi possível trabalhar com três categorias importantes no ambiente da equipa – gênero, raça e geração. Em alguns casos se levou em conta dados já organizados pela equipa, relacionados às mais de 50 pessoas que atuaram no Mandato ao longo das duas legislaturas. Foi assim nas dimensões de gênero e raça. Já no campo geracional, trabalhou-se de modo mais específico com a equipa atual, como poderá ser visto nos gráficos apresentados a seguir.

O Mandato Ivan Moraes, desde a primeira legislatura, iniciou assegurando a paridade de gênero entre homens e mulheres na equipa. O gráfico a seguir apresenta esse levantamento considerando as mais de cinquenta pessoas que passaram pela equipa do Mandato, durante as duas legislaturas. Vale registrar, que, quanto à sexualidade, 30% das pessoas que compõem o grupo que chega aos últimos meses do mandato identifica-se como LGBTQIAPN+.

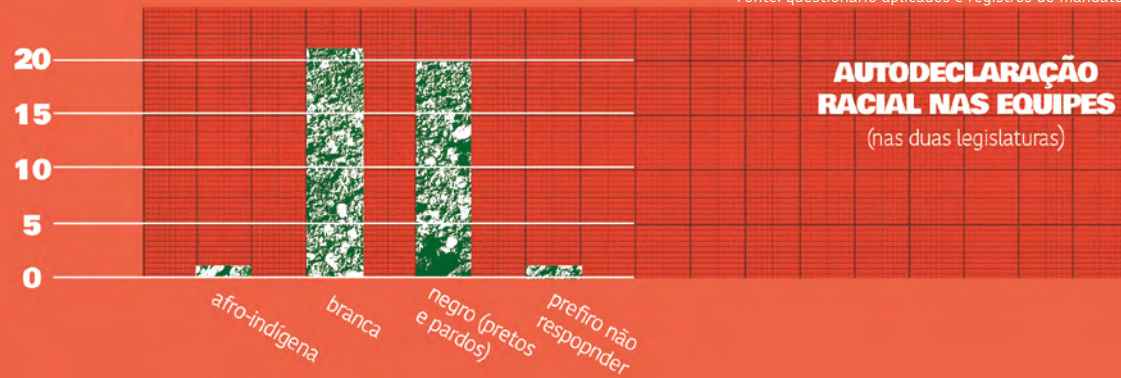
No que é concernente à identidade de raça, essa dimensão foi assimilada pelo Mandato Ivan Moraes, na medida em que se buscou garantir a presença de pessoas

*Três princípios
guiaram as contratações
no mandato:
competência técnica,
compromisso político e
representatividade.
A diversidade de
corpos não pode ser
apenas ilustrativa:
precisa andar junto
com formação e
conteúdo!*

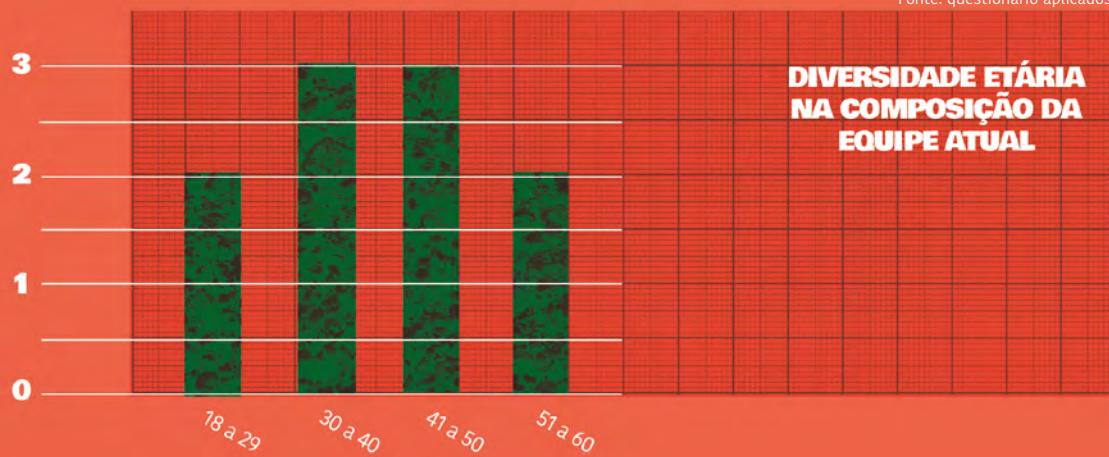
Fonte: questionário aplicados e registros do mandato.



Fonte: questionário aplicados e registros do mandato.



Fonte: questionário aplicados.



negras dentro da equipa. Uma prática que teve início a partir de um movimento originário e que gradualmente foi se ampliando, em função da reivindicação da própria equipa, e ganhando contornos de estratégia, chegando ao nível de compromisso do Mandato, o que trouxe como resultado o alcance da paridade de raça entre as e os integrantes da equipa, sobretudo na segunda legislatura, como mostra o gráfico a seguir.

O Mandato encerra sua segunda legislatura tendo uma compreensão de que as dinâmicas de gênero e raça, sobretudo, exerceram uma influência importante sobre outros mandatos do PSOL e sobre as próprias estratégias do partido, espelhando com nitidez uma visão de equidade e justiça social.

Já no que diz respeito à identidade geracional, diferentemente das informações sobre gênero e raça, estas foram concentradas na composição da equipe atual, onde foi possível perceber uma saudável diversidade etária, exaltada como um valor agregado, que captura o melhor de cada etapa geracional, cruzando experiência e abertura para o novo.

Como se pode ver, os maiores percentuais de faixa etária estão entre 30 e 50 anos, mas sem perder de vista representatividade importante de jovens e de pessoas 50+.

EIXOS TEMÁTICOS DE ATUAÇÃO DO MANDATO IVAN MORAES

Os eixos temáticos foram desenvolvidos para descentralizar responsabilidades e competências dentro do Mandato, além de otimizar o uso dos recursos disponíveis para as tarefas legislativas. Cada eixo tem pelo menos uma pessoa de referência e esses espaços se tornam ambientes de construção coletiva que tem nos processos periódicos de planejamento e monitoramento seu locus inicial. A priorização das demandas é guiada por princípios de escuta ativa e retorno qualificado, buscando sempre encaminhar as questões de forma eficiente, mesmo que isso signifique direcioná-las a outros mandatos ou instâncias mais adequadas.

Os eixos temáticos se caracterizam por sua dimensão intersetorial, e também têm raiz na perspectiva da descentralização de responsabilidades em relação à figura do vereador e à própria assessoria direta, levando sempre em conta as expertises das pessoas da equipa, na dimensão de complementaridade.

Cada profissional pode fazer parte de mais de um eixo temático, ou participar de outros a partir de uma contribuição pontual, bem como pode conciliar seu lugar na assessoria direta com a participação em um eixo para uma demanda específica, independente do fato de que as pessoas da assessoria direta, pela natureza de seu



▲ Reunião de planejamento do mandato, debate sobre eixos, Centro de Cultura Luiz Freire (2020)

► Foto do Coletivo de Negritude do Mandato (2022)



EIXOS TEMÁTICOS DO MANDATO



papel, já orbitam entre os vários eixos, construindo a dimensão de ponte entre os temas de atuação e a coordenação do Mandato.

Essa estratégia de organizar o Mandato em eixos temáticos, se consolidou apenas no segundo Mandato, proporcionando, na leitura da equipa, maior fluidez e agilidade na busca por respostas às demandas que se apresentam .

Os eixos são pequenos espaços de construção coletiva e de proposição concreta, para direcionar as ações do Mandato. Muitas vezes, o desafio é conciliar e priorizar demandas planejadas com as emergenciais ou imprevistas. Porém, em quaisquer dos casos valem dois princípios fundamentais:

1. Internamente: assegurar todo poder aos eixos, no sentido da autonomia às pessoas da equipa na condução dos conteúdos e demandas que chegam até cada um deles.
2. Do ponto de vista externo: ninguém que traga uma demanda fica sem resposta! Não se trata de resolver todas as questões indiscriminadamente, ou hierarquizar as problemáticas. Trata-se de ser fiel aos princípios da escuta ativa e do retorno qualificado à sociedade. O que significa desde empreender esforços para atender a demanda, até encaminhar a outra

legislatura que acumule expertise, ou mesmo direcionar para o órgão ou segmento competente, orientando o fluxo mais adequado, quando não diz respeito necessariamente ao poder legislativo. Dessa forma, o suporte se apresenta também na direção de sanar dúvidas quanto aos procedimentos a serem adotados.

Os eixos temáticos, a partir sobretudo da pessoa de referência na pauta, também foram o canal de diálogo com as organizações, grupos, movimentos e coletivos que possuem expertise em cada tema. Tanto como receptores de demandas, como também no encaminhamento de consultas. Uma prática adotada, por exemplo, era o encaminhamento de Projetos de Lei que estavam tramitando na Câmara ou de publicações em Diário Oficial para grupos que tinham interesse na pauta, como forma de garantir a esses grupos acesso à informação e dar a oportunidade de incidência no processo legislativo em tempo oportuno de propor emendas.

Uma curiosidade sobre o processo de estruturação dos eixos é que, no início do primeiro Mandato, a organização se deu por equipes (institucional, legislativa, comunicação, articulação e pesquisa), e não por temas. Naquela ocasião, os temas eram definidos em decorrência das demandas então apresentadas ao Mandato, o que trazia uma amplitude dificultadora da gestão.

Em um segundo momento houve um exercício de atuação focado em territórios da cidade do Recife, onde se tinha uma presença mais constante. Nesse sentido, o bairro da Várzea, as comunidades de Bode e Passarinho, e o Centro do Recife foram os territórios escolhidos¹³.

Já no segundo Mandato, com o amadurecimento do debate sobre os modelos de gestão, e adoção das práticas de planejamento estratégico, que trouxe à tona um debate sobre Teoria da Mudança, foi possível enxugar a divisão por eixos e restringir inicialmente em cinco, e na sequência chegando em seis eixos, conforme explanado na gravura anteriormente apresentada.

13. Essa estrutura pode ser bem percebida no relatório de prestação de contas do ano de 2019 que foi estruturado a partir dos territórios. Disponível em: https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/presta_o_de_contas_2019_2.

Outro aspecto importante é que, a partir da já referida forte presença de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ no interior da equipe do Mandato, foram constituídos internamente três coletivos relacionados às necessidades dessas populações: o Setorial de Mulheres, que teve maior força nos primeiros anos do primeiro Mandato, o Coletivo de Negritude e o Babado LGBT, este último surgido já no segundo Mandato. Cada um, com sua especificidade, contribuiu para a criação de espaços seguros para o diálogo sobre questões internas e externas relativas a essas identidades, bem como para a qualificação do debate sobre as respectivas populações. Ofereceram aos eixos um suporte para a transversalização de seus temas dentro das demandas tratadas, funcionando, em certa medida, como instâncias geradoras de visibilidade para as pau-

tas dessas populações e contribuindo para a ruptura de seus lugares de frequente invisibilidade. Isso se deu, sobretudo, porque seus integrantes também assumiram papéis dentro dos eixos ou da própria assessoria direta. A atuação desses grupos foi tão intensa que seu trabalho acabou conquistando um eixo próprio a partir da metade do segundo Mandato, denominado de “Promoção da Igualdade e Respeito à Diversidade”, conforme apresentado na gravura que ilustra o conjunto dos eixos.

O CONSELHO POLÍTICO: COMPOSIÇÃO, PAPEL E IMPACTO

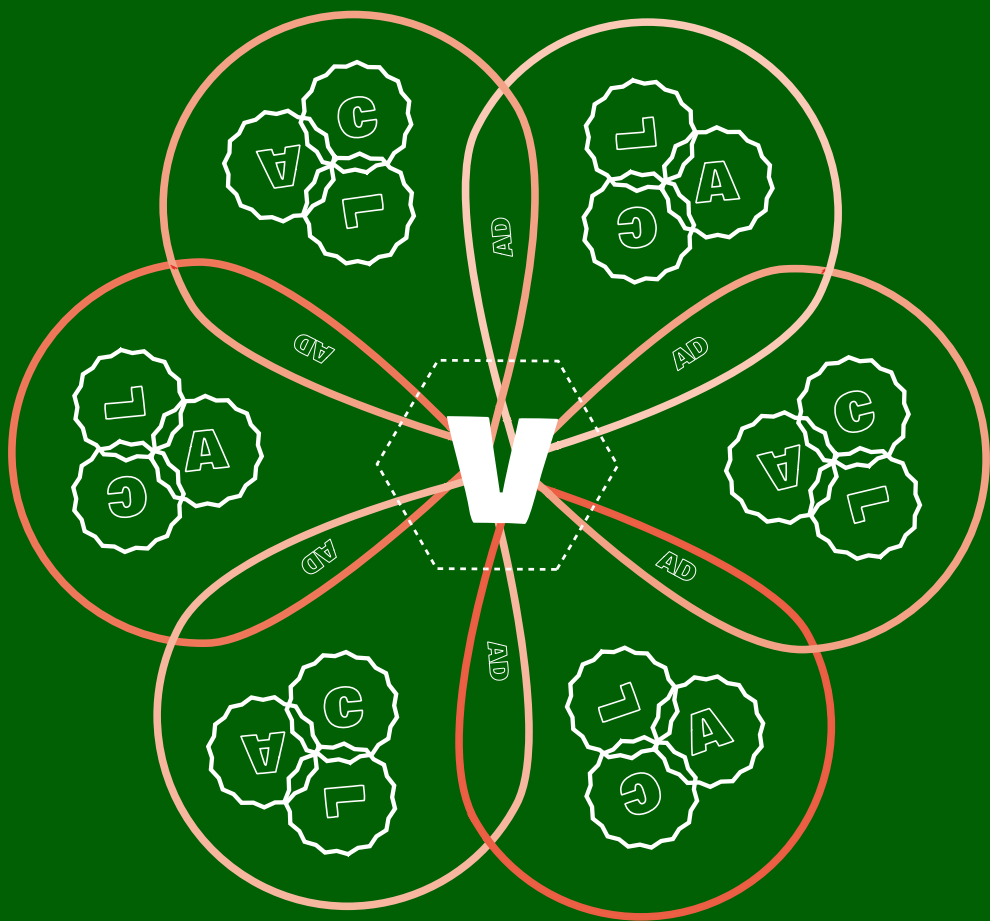
14. As pessoas que compunham o Conselho Político eram oriundas de diversas organizações da sociedade civil: Coletivo Agora é com a Gente; Centro Popular de Direitos Humanos; Coletivo Pão e Tinta; Movimento dos Trabalhadores sem Teto; SOS Corpo; Associação Comunitária de Três Carneiros Alto; A Associação por Amor às Graças; Ocupe Passarinho; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Associação Metropolitana dos Ciclistas; Fórum Pernambucano de Comunicação; Centro de Cultura Luiz Freire; GTP+; Centro Sabiá; Coletivo Antiproibicionista; Habitat para Humanidade Brasil.

O Conselho Político foi uma instância fundamental na definição de posicionamentos e estratégias do Mandato. Composto por representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e militantes garantiram que as decisões do Mandato fossem influenciadas por diversas vozes da sociedade, ampliando a noção de gestão compartilhada e descentralização das decisões para fora da equipa, mas em articulação direta com ela.

O Conselho foi particularmente ativo durante o primeiro Mandato, contribuindo para a análise de conjuntura, para processos de planejamento e monitoramento, para a elaboração de notas técnicas, qualificação de projetos de lei a serem apresentados e votados na Câmara, além de ajudar na construção de propostas de emendas à Lei Orgânica e ao Plano Diretor da Cidade do Recife. A participação das e dos integrantes do Conselho durante os oito anos nas discussões temáticas do Mandato foi essencial para que ele seguisse conectado com seus princípios na prática, bem como para a coerência do posicionamento de voto do vereador no plenário da Câmara, e para proposições de soluções coerentes com às necessidades da sociedade a partir das demandas apresentadas.

O Conselho Político foi uma inovação importante, que ao longo do tempo, enfrentou desafios oriundos da sobrecarga de seus membros em outros ambientes e a dificuldade de conciliação destes espaços, uma vez que possuíam agendas intensas de atuação profissional e política, o que foi reconhecido como um elemento desmobilizador, que demanda uma reflexão sobre como melhorar essa estratégia em futuras iniciativas parlamentares.

ORGANOGRAMA INTERNO DO MANDATO



Equipe
legislativa



Assessoria
direta



Eixo
temático



Equipe de
comunicação



Equipe de
articulação/
fiscalização



Vereador

DEMANDAS E INCIDÊNCIA LEGISLATIVA

As demandas chegam ao Mandato por meio de grupos organizados da sociedade civil, indivíduos, partidos, associações, organizações da sociedade civil ou diretamente da Câmara Municipal (incluindo projetos de lei de outros vereadores, da prefeitura, requerimentos, audiências públicas, entre outros).

O contato com o Mandato para apresentar demandas pode ser feito por diferentes canais: redes sociais e outros ambientes virtuais, como e-mail e WhatsApp; apresentação via gabinete do vereador; e ainda podem chegar por integrantes do Mandato, inclusive do conselho político, sendo até mesmo visualizadas e já incluídas diretamente no planejamento estratégico do Mandato. Por fim, demandas originadas na Câmara têm entrada pela equipe legislativa do Mandato ou pelo próprio vereador.

Independente da origem, as demandas pertinentes são primeiramente direcionadas aos eixos temáticos, caso estejam previstas no planejamento do Mandato. É dentro do eixo que se pauta e define a pertinência de o Mandato assumir a demanda, e, uma vez decidido o tipo de contribuição que será exercida, o eixo responsável encaminha a demanda às equipes de trabalho (comunicação, articulação/mobilização, legislativa/pesquisa), que utilizam as ferramentas disponíveis (requerimentos, projetos de lei, audiências públicas, blitz, notas técnicas, tribuna, entre outras) para dar seguimento à ação. Caso a demanda não esteja no planejamento estratégico, a equipe do eixo avalia sua pertinência, podendo consultar a assessoria direta sobre a continuidade da ação.

Aqui, como mostra a imagem, a centralidade do vereador se estabelece por duas frentes: internamente, por seu papel de coordenador do Mandato; e externamente, por conta de seu lugar público, ao assumir oficial e nominalmente a cadeira na Câmara e ocupar o posto de porta-voz público dos diálogos, encaminhamentos e decisões tomadas nos espaços oficiais onde sua presença é imprescindível, como, por exemplo, nas sessões plenárias da Câmara e na ocupação do espaço da tribuna. Por outro lado, em outros espaços de diálogo e interlocução, internos e externos à Câmara, a lógica de “todo poder aos eixos” se expressa na representação de integrantes da equipe para dialogar sobre ideias, estratégias e encaminhamentos, sem que necessariamente a presença do vereador precise estar assegurada, mas garantindo ali a legitimidade dos posicionamentos do Mandato.

As possíveis estratégias sobre como atuar diante de cada demanda são definidas a partir de uma intersecção entre as ferramentas disponíveis na câmara de vereadores, e a incorporação, sempre que possível, de elementos que possam qualificá-las.

Na direção de uma resposta coerente, também se incorporam práticas elaboradas pelo Mandato ou mesmo apreendidas de outras experiências, visando agilizar, assegurar participação mais contundente da sociedade, lançando mão do potencial criativo da equipa para trazer soluções eficazes. Um movimento que se expressa desde o recebimento da demanda até a sua solução.

É a partir da lógica exposta anteriormente, que esse documento apresentará as ferramentas existentes na câmara, utilizadas e qualificadas pelo Mandato, além daquelas que, mesmo existentes, assumem um caráter inovador pela adoção em um Mandato legislativo, e por fim, componentes que foram criados ou adaptados pelo Mandato enquanto componentes chave para as respostas de qualidade às demandas e para garantir o compromisso com a qualificação da participação da sociedade na vida legislativa, enquanto contribuição pedagógica trazida pelo Mandato. Dentre as ferramentas já presentes e disponíveis na própria Câmara de Vereadores, vamos abordar o conceito e o uso de instrumentos, trazendo-lhes exemplos de como foram aplicadas ao longo do Mandato.

Em outra dimensão, traremos conceitos e exemplos de como valores do Mandato foram expressados através de instrumentais absorvidos de outras legislaturas, adaptados ou criados pela equipa de Ivan Moraes. Ou seja: como foram cultivadas práticas de transparência a partir das prestações de contas, a organização da estrutura interna de gestão via planejamentos estratégicos e rotinas internas, entre outros pontos.

FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS

A grande diferença entre as ferramentas e instrumentos e as tecnologias sociais que trazemos precisa ser estabelecida a partir da compreensão do que se entende por ferramentas ou instrumentos legislativos. Nesse sentido, à luz de Carvalho (2019), compreendemos que “são mecanismos que parlamentares utilizam para propor, debater e fiscalizar leis e políticas públicas. Incluem projetos de lei, emendas, requerimentos, comissões parlamentares, audiências públicas e indicações. Esses instrumentos permitem aos legisladores influenciar diretamente a criação de normas e a fiscalização do Executivo.”

O diferencial, no caso do Mandato Ivan Moraes, é que a apropriação dessas ferramentas e instrumentos legislativos pela equipe se dá justamente a partir da qualificação e do incremento de seu uso, garantindo seu sentido e a coerência com as demandas defendidas. Por exemplo, isso se manifesta no uso da tribuna.

Aos poucos, fomos entendendo o “cardápio” que tínhamos para oferecer diante das demandas da sociedade. Algumas ferramentas institucionais, já presentes no legislativo, ganharam ‘a nossa cara’. Outras foram trazidas de experiências da sociedade civil e adaptadas ao mandato.

Em relação a esse instrumental, a frequência com que o vereador se dispõe a ocupar esse espaço caracteriza uma tática do Mandato, buscando amplificar vozes de outros sujeitos, fortalecer argumentos, marcar presença partidária e ampliar o engajamento de outros mandatos, apenas para citar um exemplo. Outro caso são as Blitzes, que o Mandato assumiu, além de sua função principal, também como uma oportunidade de estímulo à participação comunitária na coleta de dados e construção de propostas, entre outras.

Já o que estamos chamando de tecnologias sociais é entendido, de acordo com Dagnino (2009), como:

“SOLUÇÕES INOVADORAS DESENVOLVIDAS COLETIVAMENTE PARA ENFRENTAR DESAFIOS SOCIAIS, PROMOVENDO INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ESSAS TECNOLOGIAS VALORIZAM O CONHECIMENTO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, GERANDO IMPACTOS POSITIVOS E DURADOUROS. ESSAS TECNOLOGIAS, QUE TAMBÉM ESTARÃO EXPLICITADAS NESTE DOCUMENTO, SE BASEIAM NA COLABORAÇÃO E NA ADAPTAÇÃO DE PROCESSOS PARA CONTEXTOS ESPECÍFICOS, SENDO ACESSÍVEIS E REPLICÁVEIS.”

O caráter inovador dessas tecnologias, reafirmamos, não se confunde com uma noção de exclusividade ou de ineditismo, mas evoca, inclusive, a capacidade do Mandato de aprender com outras legislaturas que convergiram em princípios e valores.



A relação com organizações e movimentos sociais é sempre um grande tema para parlamentares do campo das esquerdas e a forma de apoiar estes coletivos pode ser definidora da identidade do próprio mandato. O Mandato do vereador Ivan Moraes adota como prática o apoio a atividades realizadas pela sociedade civil, apesar de não possuir um orçamento discricionário. Embora o gabinete não tenha recursos financeiros disponíveis para distribuição direta, a força de trabalho da equipa pode ser cedida pontualmente para realizar atividades em parceria com a sociedade civil. Isso inclui apoio logístico, como transporte, e produção de materiais de comunicação, como vídeos, fotos e artes visuais. As advogadas do mandato também podem fornecer orientações jurídicas a organizações sociais, assim como participar das comissões de segurança em atividades de rua protagonizadas por movimentos.

Além disso, existia também o cartão de alimentação ¹⁵, de uso exclusivo do vereador. Este cartão, no entanto, era colocado à disposição de organizações da sociedade civil que lutam por direitos e que precisam de suporte durante eventos como oficinas e seminários. Todo o uso desse cartão era devidamente registrado e incluído na prestação de contas do Mandato, assegurando a transparência. Embora o recurso fosse atribuído ao vereador pessoalmente, no contexto do Mandato Ivan Moraes, ele era tratado como um recurso do gabinete, garantindo que seu uso fosse sempre alinhado às atividades políticas e sociais.

15. Valor mensal de aproximadamente R\$ 3.000,00

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Utilizada para debater temas específicos de interesse público, essa ferramenta de participação popular destaca-se, no Mandato, pela realização de estudos prévios, trabalho de fiscalização, e a construção de encaminhamentos em diálogo com a sociedade civil ao final de cada audiência. As audiências trazem como centralidade de seu objetivo garantir que determinado tema de interesse social seja debatido na institucionalidade da Câmara Municipal. Símbolos da democracia direta, as audiências foram solicitadas e presididas pelo Mandato mais de 70 vezes em oito anos.

As audiências podem ser demandadas por grupos organizados ou ser parte de uma estratégia do Mandato. Quando partiam de estratégia sobre demandas que já vinham sendo acompanhadas, ficava a cargo

da equipa a produção de material para ser apresentado na audiência com uma breve explanação ou diagnóstico sobre o tema, diálogo com grupos interessados da sociedade civil para construção da pauta e mesa, além da mobilização social para o evento.

Pode acontecer de uma audiência ser demandada diretamente por um grupo ou organização da sociedade civil, devidamente munido de elementos que configurem uma demanda por direitos que possa ser resolvida pelo poder público municipal. Nesses casos, a função do Mandato é reservar o espaço para a garantia desse momento, encaminhar requerimento para aprovação pelo plenário, preparar material de divulgação e mobilização, presidir a audiência, mediar o debate e registrar os encaminhamentos. Ficando o processo de apresentação da problemática e mobilização para audiência, a cargo do grupo demandante.

Mesmo regulamentada em regimento, a metodologia das audiências costuma ser bem flexível, dependendo do vereador ou da vereadora que a preside. No caso do Mandato Ivan Moraes, havia sempre o cuidado de iniciar contextualizando a demanda e apresentando dados que a qualificassem. Nas falas da mesa, sempre se começava pela sociedade civil e se finalizava com a fala oficial, podendo ser precedida também por presenças do Ministério Público ou algum outro órgão público ou universidade que eventualmente tenha sido convidado.

Um importante diferencial da realização das audiências públicas pelo Mandato é a forma desenvolvida para mediação do diálogo e proposição de encaminhamentos, que era feita a partir de tudo o que foi apresentado como proposta durante o debate. As sugestões de encaminhamentos eram direcionadas aos atores presentes com potencial de execução, seja o mandato, o executivo, agentes públicos e sociedade civil. Ao final, todos os encaminhamentos eram registrados em ata e publicados no Diário Oficial, na parte que compete ao poder legislativo. Este registro é imprescindível para que os compromissos assumidos possam ser acompanhados não apenas pela Câmara, mas por toda a sociedade.

O acordo e o registro de encaminhamentos são a razão de ser de qualquer audiência pública. Uma audiência que não termina com compromissos estabelecidos dificilmente vai valer a pena.



▲ Leonardo Cisneiros (em memória)
em audiência pública sobre o Plano
Diretor (2019)

BLITZES



Para além de produtos de comunicação, as **Blitzes** são ações pontuais realizadas pelo Mandato em **locais estratégicos** para fiscalizar, levantar dados e informações e mobilizar a população sobre temas de interesse público. No mandato, eram sempre precedidas por diálogo com a comunidade, pesquisa e levantamento de dados, visitas técnicas, e a produção de materiais audiovisuais. As Blitzes são uma ferramenta comum no poder legislativo e mesmo na sociedade civil, da qual o Mandato se apropria incorporando elementos inovadores, à medida em que articula pesquisa orçamentária e mobilização local.

Um exemplo exitoso de blitz realizada pelo Mandato Ivan Moraes foi a fiscalização das condições da **Escola Municipal de Passarinho**, em dezembro de 2018. A ação contou com a participação da organização Ocupe Passarinho, moradoras e moradores da região, articulação com o sindicato dos professores. Durante a blitz foram identificadas as falhas estruturais na escola e a carência de vagas. Esta blitz foi resultado

de um encaminhamento tirado em [audiência pública realizada pelo mandato na Câmara Municipal](#) no mês de abril de 2018, quando a Prefeitura se comprometeu a entregar uma nova escola no mês de julho, tendo sido necessário mostrar que até dezembro nada havia sido feito.



COMUNICAÇÃO

A comunicação tem um lugar especial neste formato de mandato, compreendendo a importância de não apenas fazer o parlamentar ficar “bem na fita”, mas disputando narrativas ao lado de quem luta por direitos. Não há como se transformar a política sem uma boa estratégia de comunicação.

A comunicação no Mandato Ivan Moraes é estratégica e essencial, sendo estruturada para ir além da visibilidade das ações, pois aqui entende-se [comunicação como direito humano](#). Aqui, ela é desenvolvida para integrar tanto a dimensão instrumental, voltada para a execução de tarefas diárias, como a disseminação de informações e mobilização social, quanto a dimensão estratégica, que busca fortalecer a identidade política do Mandato e disputar narrativas no espaço público. Essa abordagem comunicacional é multifacetada e envolve o diálogo direto com a sociedade civil e a produção de conteúdos em diversas linguagens como a produção de [vídeos](#), [podcasts](#), cartilhas, [postagens regulares em redes sociais](#) e coberturas de atividades, com o objetivo de mobilizar a sociedade e de engajar diferentes públicos.

As estratégias de comunicação adotadas incluem o uso de várias plataformas tecnológicas, e até o envio de cartas físicas, as “[Cartas à Queridagem](#)”, escritas em primeira pessoa e enviadas quinzenalmente pelos Correios (até o início da pandemia do Covid-19), ampliando o alcance e a interação com a comunidade.

Dessa forma, a comunicação no Mandato não foi apenas um meio de transmitir informações, mas um elemento central, que compõe a cultura legislativa e também integra um lugar de centralidade na própria metodologia aqui apresentada. Isso por cumprir o papel de moldar e sustentar a atuação política, proporcionando uma articulação eficaz entre o Mandato e a sociedade, além de consolidar uma base de apoio alinhada com os valores que o Mandato assume, transversalizando todas as tecnologias sociais e ferramentas aqui apresentadas.

Com uma equipe robusta que chegou a ocupar até um terço das vagas do gabinete, a comunicação nos Mandatos de Ivan não se limitou a visibilizar os feitos do vereador ou mesmo da equipe do Mandato. O corpo técnico esteve à disposição de movimentos sociais, buscando acrescentar elementos a disputas de narrativas sobre protestos, denúncias e demandas da sociedade civil, assim como tomando partido e informando a população sobre questões diversas da cidade e da política. Publicações como o [Negrito](#) (sobre a temática racial), o Fique



▲ Gravação do podcast Bora de Papo (2023)

Suave (sobre redução de danos no uso de drogas) as cartilhas sobre a Lei de Benefícios Eventuais, sobre o uso da Maconha Medicinal e sobre as formas de utilizar legalmente espaços públicos configuram a intenção de democratizar o conhecimento sobre temas pertinentes e de sensibilizar a sociedade para o avanço em políticas públicas específicas.

Ao longo dos oito anos de Mandato, a equipa ousou tratar de temas importantes a partir dos mais diversos veículos e plataformas como a produção de vídeos temáticos para o YouTube, séries de podcasts e campanhas específicas em época de Carnaval que convidava as pessoas a brincar com alegria, respeito e responsabilidade.



COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO

Estratégia muitas vezes utilizada em audiências públicas para garantir o desdobramento do diálogo iniciado e permitindo a continuidade do processo de fiscalização e incidência do Mandato e da sociedade civil interessada, a criação de grupos de trabalho interinstitucionais foi uma saída especialmente para os diversos momentos em que a representação do poder público numa audiência não tinha competência para assumir compromissos pela gestão.

A partir do aceite dos atores presentes, se considerava a dita comissão como instituída a partir da publicação da ata da audiência em diário oficial e se passava a cobrar a sua efetividade.

Um exemplo relevante data de 2019, quando o Mandato Ivan Moraes formou uma comissão para fiscalizar as obras de reforma do Teatro do Parque, que estavam paralisadas desde 2010. Essa comissão, composta por representantes da sociedade civil e artistas, realizou diversas vistorias e pressionou pela retomada e conclusão das obras. A atuação da comissão destacou-se por garantir a transparência no uso dos recursos e por promover um diálogo contínuo entre gestores e usuários do teatro. Os esforços resultaram em avanços significativos nas negociações e no progresso da reforma, reforçando o compromisso com a participação social e a transparência



DISCURSOS E USO DA TRIBUNA

Utilizada pelo Mandato, e de uso exclusivo do vereador, a tribuna da Câmara tem uma perspectiva estratégica à medida em que se propõe a repercutir pautas e provocar debates. A inovação reside justo em se utilizar formas diferentes de discurso a leitura de cartas escritas pelas setoriais do Mandato ou mesmo posicionamentos assinados por organizações da sociedade civil. A tribuna, assim como outras ferramentas descritas aqui, nunca era utilizada de forma isolada, mas junto a um conjunto com outras ferramentas pertinentes a cada caso, para dar visibilidade às questões levantadas pelo Mandato.

Muitas vezes, a forma foi tão importante quanto o conteúdo. Em setembro de 2017, Ivan usou a tribuna da Câmara Municipal do Recife para proferir um discurso inteiramente em Libras, uma ação inédita que buscou chamar a atenção para a inclusão das pessoas surdas na política e na sociedade. Motivado pela necessidade de promover acessibilidade e dar visibilidade às lutas da comunidade surda, o vereador utilizou essa



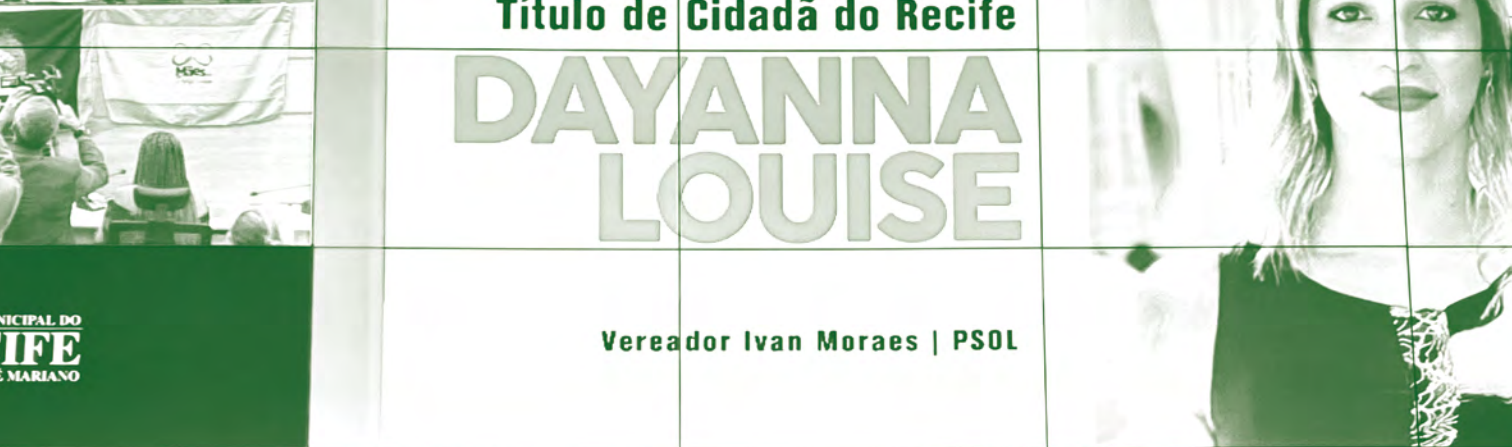
estratégia para sensibilizar seus colegas parlamentares e a sociedade sobre a importância de garantir a acessibilidade em todos os espaços públicos. Esse gesto gerou um impacto significativo, reforçando a pauta da inclusão e contribuindo para a ampliação das discussões sobre acessibilidade na Câmara, sendo o primeiro discurso em Libras de que se tem registro no parlamento brasileiro.

▲ Ivan realizando primeiro discurso em libras na tribuna da Câmara Municipal do Recife em 2017.

HOMENAGENS E REUNIÕES SOLENES



Diferentes formas de homenagens são realizadas pela Câmara Municipal do Recife e pelo Mandato, incluindo votos de aplauso, reuniões solenes, e a entrega de títulos honoríficos como a Medalha de Mérito José Mariano e o Título de Cidadão do Recife. Essas homenagens



▲ Sessão Solene de concessão do título de cidadã recifense a Dayanna Louise (2024)

são propostas através de Projetos de Decreto Legislativo (PDL) e são entregues em reuniões solenes, organizadas em conjunto com as pessoas homenageadas. A definição dos nomes que receberiam esse reconhecimento pelo mandato, em geral era feita durante o planejamento, com a participação de toda a equipe.

Para ilustrar uma oportunidade de reconhecimento viabilizada pelo Mandato, traz-se a ocasião em que a Medalha de Mérito José Mariano foi concedida ao [Movimento Nacional da População em Situação de Rua \(MNPR\)](#) em [reverência a sua trajetória](#) de luta pelos direitos das pessoas em situação de rua no Brasil.

O MNPR foi fundado em 2005, após o “Massacre da Praça da Sé” em São Paulo, que gerou uma mobilização nacional contra a violência e o descaso enfrentados por essa população. Em Recife, a organização ganhou força com a luta iniciada pelo Sr. Amaro e a parceria com a

Pastoral do Povo de Rua. Desde então, o MNPR tem sido fundamental para conquistas como a abertura dos Restaurantes Populares Josué de Castro e Naíde Teodósio, o Abrigo Noturno Irmã Dulce, e a criação do Comitê Pop Rua Recife, que monitora e acompanha a política municipal para a população em situação de rua¹⁶.

Outro tipo de homenagem que merece ser exemplificada foi o Título de Cidadã do Recife concedido à Dayanna Louise Santos, mulher trans natural de Carpina-PE, em reconhecimento à sua contribuição nas áreas de gênero, sexualidade, educação e cultura. Dayanna foi idealizadora da Unidade de Educação para Relações de Gênero e Sexualidade (UNERGS) na Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco, onde coordenou o setor entre 2019 e 2021. Sua trajetória inclui o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero. Ela também se destacou em atividades cineclubistas e de produção audiovisual com estudantes da Rede Pública de Ensino, demonstrando compromisso com a cultura e os direitos humanos.

A aprovação deste título em 2024, após uma rejeição inicial em 2023 motivada por uma onda transfóbica liderada por setores conservadores, representou um marco importante na luta pelos direitos LGBTQIAPN+ no Recife. A homenagem a Dayanna não apenas celebra sua trajetória e conquistas, mas também reafirma o compromisso da cidade com a inclusão e o respeito à diversidade, combatendo a discriminação e reconhecendo a identidade de gênero de todas as pessoas. A solenidade de entrega, realizada em 02 de julho de 2024, foi um momento histórico para a luta da população LGBTQIAPN+, sinalizando avanços na promoção da igualdade e no reconhecimento dos direitos dessa comunidade.

16. O PDL que concede a medalha foi aprovado em 20 de maio de 2024, e a solenidade de entrega foi realizada no dia 11 de novembro de 2024. Essa honraria reflete o reconhecimento do valor e da importância do MNPR na defesa dos direitos humanos e na promoção da dignidade das pessoas em situação de rua.

NOTAS TÉCNICAS



As notas técnicas são utilizadas pelo Mandato para aprofundar estudos e análises sobre políticas públicas específicas. Instrumento de fiscalização e análise, elas sistemizam dados, analisam a legislação e propõem soluções. As notas técnicas frequentemente se desdobram em audiências públicas, falas na tribuna, requerimentos, e produções de materiais de comunicação.

Exemplos do uso de notas técnicas incluem estudos sobre despejos e direito à comunicação, além da Nota Técnica sobre a estratégia de vacinação contra a Covid-19 que resultou em mudanças significativas nas políticas municipais, como a adaptação da estratégia de vacinação por mutirão em bairros periféricos, durante a pandemia de Coronavírus

(2020-2023). Essa iniciativa teve uma magnitude significativa para salvar vidas na cidade, na medida em que oportunizou à Prefeitura do Recife uma revisão na forma de comunicar sobre a vacinação, e descentralizar as localizações onde era aplicada, assegurando que mais pessoas, sobretudo aquelas em maior condição de vulnerabilidade, pudessem acessar este direito.



OFICINAS

O Mandato Ivan Moraes utilizava oficinas como uma ferramenta para o engajamento da sociedade, numa perspectiva da formação sobre diversos temas. O mandato tinha como premissa de atuação o princípio de se estabelecer como um mandato educativo, não podendo, portanto, atividades de formação direta ficarem de fora do seu escopo. Diversas foram as iniciativas que incluíram abordagens sobre orçamento público, com formações para dentro e para fora do mandato, com o fim de explicar a distribuição dos recursos municipais e os mecanismos de fiscalização dos gastos públicos.

Alguns processos foram apenas de formação interna da equipa, com o objetivo de fortalecer a formação política e a sensibilidade das pessoas que construíram o mandato para temas importantes. Alguns exemplos foram: direitos das mulheres, gênero e sexualidade, antiproibicionismo, racismo estrutural, branquitude, entre outros. Como também formações mais práticas sobre temas trabalhados como segurança pública, regulamentação de redes sociais e direito à cidade.

Já outras oficinas eram direcionadas para um diálogo com a sociedade. Portanto, um dos aspectos importantes dessa ferramenta, era o fato de que muitas vezes as oficinas não se constituíam como um fim em si mesmo, muitas delas serviram como espaço de ampliação de diálogo, permitindo que demandas trazidas pela população fossem transformadas em ações legislativas, como no caso da Lei Orgânica, orçamento público e Plano Diretor, que tiveram como produtos centenas de propostas de emendas às respectivas legislações. Dessa forma, além de ampliar seu conhecimento sobre a tramitação das leis, as pessoas podiam propor ações de intervenção real no poder legislativo.



Também compreendida como uma ferramenta de fiscalização e transparência, como o próprio nome já diz, era utilizado para solicitar dados e informações relevantes aos órgãos municipais. O pedido de acesso à informação é uma forma específica de requerimento, com prazos legais para resposta. O Mandato frequentemente utilizava esta ferramenta como subsídio para falas na tribuna, produção de materiais de comunicação, blitzes, e notas técnicas.

Pedidos de informação foram imprescindíveis, por exemplo, para a realização de estudos e notas técnicas que demandam dados não disponibilizados nos instrumentos da transparência ativa. Bons exemplos são a pesquisa que detectou a lacuna no processo de vacinação contra a Covid19 e nos documentos que registram a pouca atuação da prefeitura na garantia do direito à moradia. No primeiro caso, revelamos que as áreas onde as pessoas tinham menos acesso à vacina eram onde há maior população negra e onde havia mais mortes. No segundo, denunciamos que nos últimos dez anos a oferta de moradia social oferecida pela prefeitura no máximo se equivalia à quantidade de residências que a própria prefeitura despejava para usos classificados como “de interesse público” mediante indenização nem sempre justa.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), todo pedido de informação precisa ser respondido em 20 dias. Na Lei Orgânica do Município, anterior à LAI, os pedidos enviados pela Câmara de Vereadores precisam ser respondidos em 30 dias corridos. Porém, na prática, a Prefeitura do Recife não costuma responder no tempo previsto. Razão pela qual o Mandato adotou como estratégia a replicação do pedido através do Portal da Transparência do Recife, canal por onde as respostas costumam vir de forma mais rápida.

A falta de qualidade nas respostas ou até mesmo a ausência de respostas fez com que o mandato adotasse a prática de sistematizar todos os pedidos enviados em planilhas com informações sobre data do envio, prazo estipulado para resposta, resultado e etc. A partir dessa sistematização, o mandato enviava ao fim de cada ano representação ao Ministério Público reportando as falhas da Prefeitura do Recife no atendimento à LAI.



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O Mandato realizava regularmente encontros de planejamento, monitoramento e avaliação, com periodicidades semestrais ou anuais, onde contava com a participação de toda a equipe e de pessoas que integram o Conselho Político como convidadas.

Esses encontros permitiram ajustar ações do Mandato, a partir de mediações entre o planejado e o executado, garantindo que as tarefas e posicionamentos fossem definidos coletivamente, promovendo a horizontalidade na atuação.

Muitos dos processos de planejamento e avaliação iniciaram com atividades de formação para equipe ou análises de conjuntura com convidados externos, com o objetivo de alimentar o debate.



PRESTAÇÕES DE CONTAS PÚBLICAS

As prestações de contas públicas eram realizadas visando a uma aproximação dialógica do vereador com a população da cidade. Nesse sentido, a produção de material impresso e audiovisual foi uma prática que se aliou para dar suporte virtual e presencial aos contatos estabelecidos, fosse através da sistematização de resultados, da disseminação de informações pontuais através de folders ou posts em redes sociais, muitas vezes a partir do contato direto, estabelecido em agendas semanais como as prestações de contas nos ônibus ou nos conhecidos “Balancos”.

As prestações de contas semanais, feitas em ônibus do sistema de transporte público do Recife, foram realizadas durante os dois mandatos e incluíram tanto falas diretas, quanto a distribuição de folhetos sobre as ações do Mandato. Uma abordagem inspirada e adaptada a partir do exemplo de Sandro Pimentel, que foi vereador pelo PSOL em Natal/ RN de 2013 a 2020. Essa prática retroalimentou conteúdos como vídeos para as redes sociais, chegando, portanto, a muito mais pessoas que só aquelas que tinham o contato corpo a corpo com o vereador. Para prestar contas, Ivan entrava em coletivos de forma aleatória, sempre no fim da tarde, sempre acompanhado de intérprete de libras, profissional de comunicação e mais uma pessoa da assessoria que tinha a função de distribuir panfletos com os contatos e recortes do Mandato no ano anterior. Após a fala inicial sobre o trabalho da semana, o vereador abria a conversa respondia a perguntas e propunha debates. Muitas vezes, sugestões eram anotadas e encaminhadas pelo gabinete.

Merece destaque ainda a produção de relatórios anuais de atividades do Mandato, que servem de motivação para a realização de outra atividade de prestação de contas pública: o “Balanco”. Trata-se de um evento festivo, realizado sempre em espaços públicos e que utiliza elementos da cultura local (arte, música, poesia) para tornar o evento mais atrativo e dialógico, promovendo a transparência e incentivando a participação cidadã.

Cada iniciativa contou com parcerias importantes, especialmente com coletivos culturais, artistas e organizações da sociedade civil, que apoiaram e mobilizaram a realização das atividades. Em cada evento havia uma preocupação com a inclusão e a acessibilidade, viabilizando-se, por exemplo, a comunicação em Libras, e a adoção de tenda de redução de danos.

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS



As Leis que regulam os assuntos de responsabilidade do município são chamadas de leis ordinárias ou leis complementares. Muitas dessas leis tratam de temas importantes para a população, como os serviços públicos. Depois de serem aprovadas, essas leis passam pela sanção ou veto do prefeito.

Os vereadores e vereadoras podem propor projetos de lei, mas sua competência é limitada. Eles não podem criar leis que interfiram na estrutura administrativa do município nem na gestão do orçamento. Então, quando o Mandato de Ivan Moraes recebia uma demanda para criar um projeto de lei sobre determinado assunto, iniciava-se um diálogo com as partes interessadas e se realizavam consultas públicas, como foi feito no caso do Projeto de Lei 256/2022, que aborda a “Política de Reconhecimento e Desenvolvimento Socioambiental das Comunidades Tradicionais Pesqueiras”. Esse projeto foi elaborado com a participação da população por meio de grupos de discussão, pesquisas e audiências públicas.

Além de propor suas próprias leis, vereadores e vereadoras monitoram semanalmente os projetos de lei apresentados por outros vereadores ou pelo executivo (prefeitura). A equipe do mandato fazia a leitura desses projetos e organizava as informações em uma planilha. As propostas relacionadas a temas específicos eram então enviadas para grupos da sociedade civil interessados no tema para decidirem se havia necessidade de intervenção através de emendas. Esse processo muitas vezes acontecia com urgência, pois o prazo para a apresentação

Embora o fazer legislativo seja regulamentado pelas leis orgânicas e pela própria Constituição Federal, a cultura de cada casa conta muito nos limites estabelecidos pelo que um vereador pode legalmente propor, especialmente no que diz respeito a leis urbanísticas e proposições que incidam sobre o orçamento público.





17. O “pacote da maldade” era um conjunto que variava de 15 até 40 projetos enviados pelo executivo à câmara municipal no fim de cada semestre e que eram protocolados de uma única vez, com o mesmo prazo de emendas ou até mesmo com alguns projetos em regime de urgência e prazo reduzido. No pacote eram encaminhados os mais diferentes tipos de projetos, desde projetos simples que tratavam por exemplo de denominação de creche, até projetos mais complexos de alterações no código tributário e de flexibilizações na legislação urbanística dificultando a possibilidade de uma análise apurada com consulta a setores interessados.

de emendas é de 10 dias, podendo ser reduzido para 5 dias em casos de regime de urgência.

No fim dos semestres legislativos, era comum que o poder executivo enviasse um grande volume de projetos de lei para serem votados rapidamente. Não raro, essas propostas incluíam questões problemáticas ou “pegadinhas” que poderiam passar despercebidas se a equipe não tivesse muita atenção e agilidade. Internamente esses projetos enviados de maneira coletiva eram chamados de “[pacote da maldade](#)”.¹⁷

Em alguns casos, quando já existia uma lei, mas se percebia que ela precisava ser modificada, a alternativa era propor um projeto de emenda à lei. Isso ocorria com frequência por exemplo com a Lei Orgânica, que só pode ser revisada por uma Comissão Especial na Câmara ou por projetos de emenda.



REPRESENTAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público é uma instituição estatal permanente, essencial para garantir o cumprimento das leis, a defesa do regime democrático e a proteção dos interesses sociais e individuais que não podem ser negociados.

O mandato Ivan Moraes, cumprindo sua função de fiscalizar as ações do poder público municipal, adotava como prática o envio de [representações ao Ministério Público](#) Estadual, Pernambuco, ao Ministério Público de Contas ou ao Ministério Público Federal. Essas representações eram acompanhadas de dados e informações resultantes de pesquisas e levantamentos realizados visando fortalecer a atuação dessas instituições na fiscalização e proteção dos direitos dos cidadãos.

Essas ações tinham como objetivo colaborar para a transparência e a justiça, assegurando que o poder público atuasse em conformidade com os princípios da legalidade e da justiça social.



Os **requerimentos** são solicitações de serviços encaminhadas aos órgãos da administração municipal (secretarias, autarquias e empresas públicas) ou órgãos de outras instâncias da federação (estadual, federal) ou empresas privadas. Quando o pedido é endereçado a um órgão externo a estrutura municipal é feito um apelo de atendimento à demanda. Quando o Mandato pede algo para os órgãos do Recife, faz-se uma indicação de atenção e resolução.

A depender da complexidade e tipo da demanda antes do encaminhamento do requerimento se pode iniciar o processo com levantamento de dados através do Portal da Transparência, do Diário Oficial ou solicitando informações a partir da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Um exemplo exitoso do uso de requerimentos tem sido a iniciativa intitulada **Antes que Chova**. Criada em 2020, ela teve início como uma campanha e gradualmente se tornou uma tecnologia social do Mandato, passando a ser **replicada anualmente**, devido essa ser uma demanda importante para o Recife, uma cidade que a falta de planejamento urbano faz com que a época de chuvas seja difícil para a maioria da população, com histórico de alagamentos e quedas de barreiras.

No “Antes que Chova”, a **população era estimulada a participar** coletando informações sobre obras e serviços públicos necessários, para que o Recife pudesse enfrentar o período de chuvas sem prejudicar a vida das moradoras e dos moradores. Nessa direção, as demandas mais comuns passavam pela necessidade de remoção de entulhos, de capinação de encostas, de reparos e construções de estruturas de contenção.

Essas necessidades eram coletadas via formulário online, WhatsApp e mensagens à página do vereador nas redes sociais, e posteriormente transformadas em requerimentos formais que eram encaminhados a órgãos competentes da Prefeitura do Recife.

A partir daí, se **discutiam as problemáticas** nos ambientes da Câmara de Vereadores, via realização de audiências públicas e do uso da tribuna, ao mesmo tempo em que se realizam incidências junto à Prefeitura. Uma vez assegurado o compromisso do poder executivo, o Mandato acompanha a execução das ações nas áreas cabíveis.

Importante lembrar que um requerimento, embora seja votado e possa ser aprovado no plenário da Câmara, não tem poder impositivo. Um requerimento aprovado pelo legislativo significa tão somente o

Aprovar um requerimento é a coisa mais fácil do mundo. Muito mais difícil é lutar por sua execução, já que não tem força de lei.



▲ Audiência Pública sobre Benefícios Eventuais (julho de 2024)

registro de uma ‘intenção’ daquele poder e, direcionado a órgãos de outros poderes, pode ou não ser atendido. Desta forma, mais do que sua simples aprovação, é preciso que um requerimento seja parte de uma estratégia de incidência para que uma determinada demanda seja cumprida.



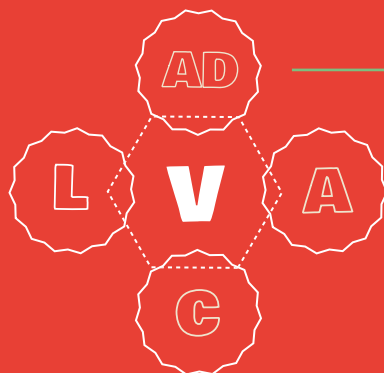
REUNIÕES PÚBLICAS

Servem para debater temas sem a intenção direta de provocar a atuação do poder público. Ao contrário das audiências públicas, não possuem poder de convocação e não precisam cumprir formalidades específicas. As reuniões públicas são, portanto, adotadas como prática quando há a intenção de se debater de modo mais aprofundado e formal um determinado tema.

Um exemplo foram as reuniões públicas realizadas a pedido do Coletivo Aliança Palestina Recife em homenagem ao povo Palestino e em memória ao Nakba. A primeira delas aconteceu no ano de 2018 quando do reconhecimento dos 70 anos do Nakba e a segunda em 2024 ano em que se marcavam os 76 anos da limpeza étnica e 01 ano da intensificação dos ataques de Israel ao povo Palestino.

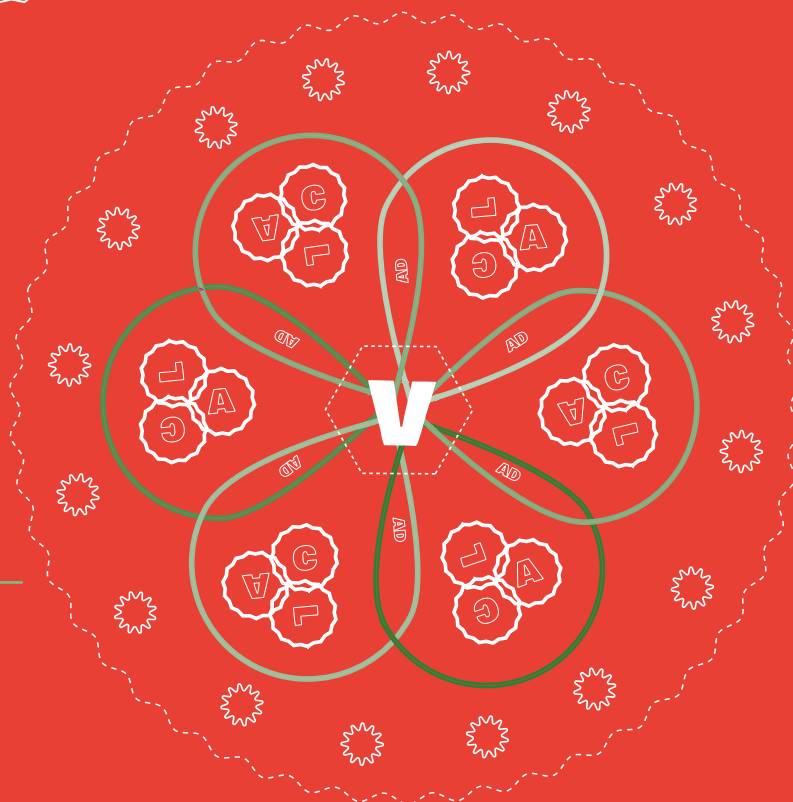


O vereador
foi eleito.



A equipa foi
organizada
em núcleos
de trabalho.

O mandato atua em seis
eixos programáticos
prioritários e
interdependentes.
Cada eixo conta com pelo
menos uma pessoa de
cada núcleo de trabalho.



Vereador



Assessoria
direta



Equipe de
articulação/
fiscalização



Equipe
legislativa



Equipe de
comunicação



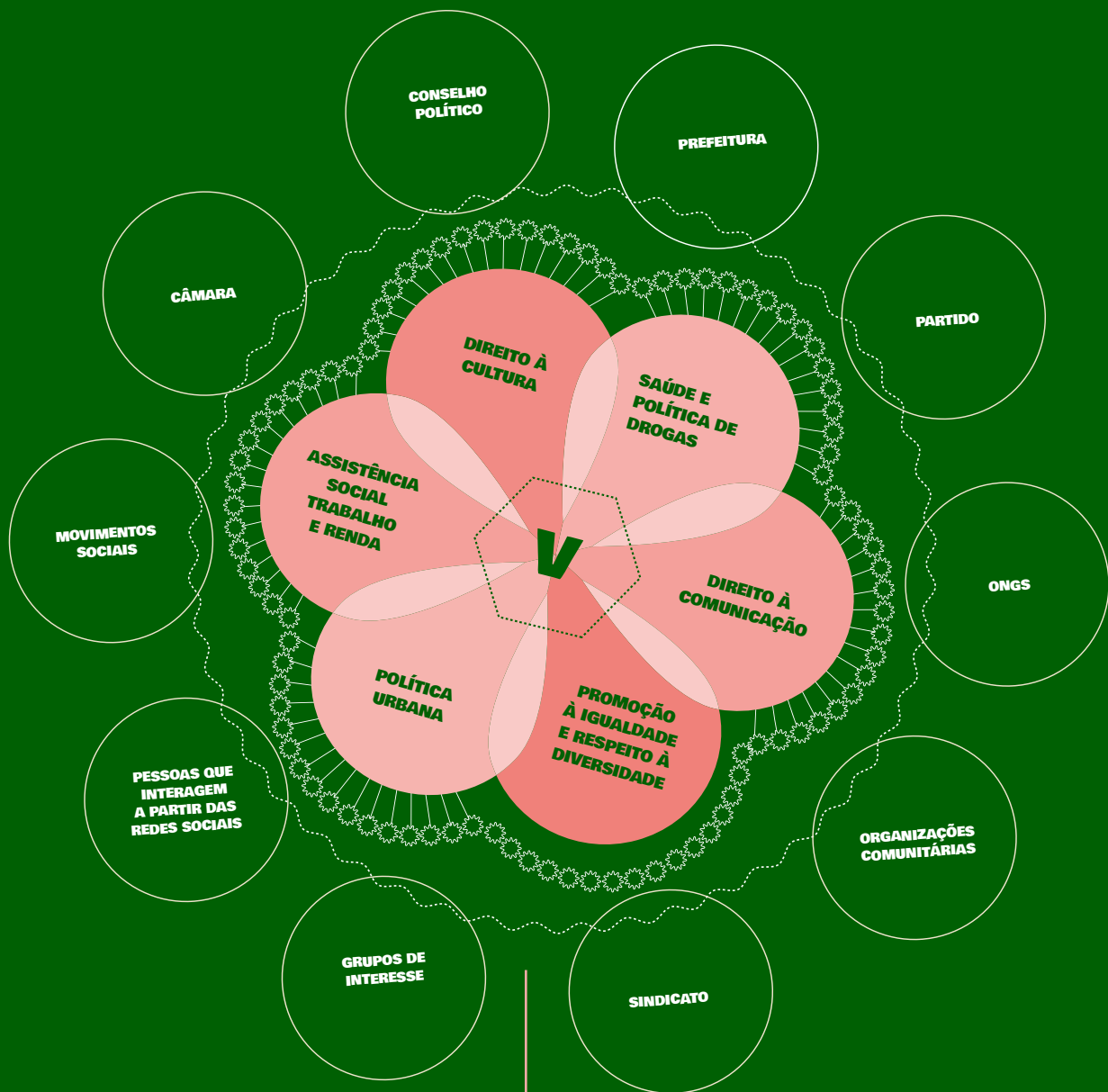
Eixo
temático



Ferramenta /
tecnologia social



Mandato



Atendendo ao planejamento, cada eixo é responsável pela execução das ações em seu tema. Novas demandas podem surgir a partir de diversos sujeitos da sociedade, do poder executivo e da própria câmara a qualquer momento e será avaliada e levada adiante pelo eixo a que se refere.

REPRESENTAÇÃO



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO



BLITZES



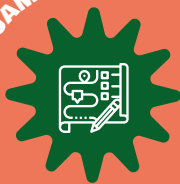
OFICINAS



PRESTAÇÃO DE CONTAS



PLANEJAMENTO



AUDIÊNCIAS



REUNIÕES



PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS



TRIBUNA



HOMENAGENS



REQUERIMENTOS



NOTAS TÉCNICAS



PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO



APOIO



GRUPOS DE TRABALHO



Para dar conta das demandas planejadas ou propostas ao longo do mandato, contamos com diversas ferramentas e tecnologias sociais. Algumas delas fazem parte do trabalho legislativo tradicional, outras foram adaptadas a partir de experiências da sociedade civil. Quanto utilizadas de forma coordenada, as ferramentas podem compor o que chamamos de “projeto especial”.



6

COMO ESSAS FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS INTERAGEM?

Em diversos momentos, as respostas para demandas que vêm da sociedade combinam diversas ferramentas e estratégias coordenadas para alcançar um objetivo específico. Por vezes, requerem contratações temporárias em vagas rotativas, devido à especificidade técnica ou ao volume de demandas no interior da equipe. São o que chamamos de “projetos especiais”.

Um exemplo potente foi o Levantamento de Dados sobre os Despejos no Recife. Um projeto que desencadeou o desenvolvimento de duas Notas Técnicas, e a realização de audiências públicas, produção de material de comunicação. A iniciativa destacou as complexidades e impactos sociais das remoções de moradias em comunidades de baixa renda. A principal contribuição do projeto, conforme relatado, foi a mobilização social e a proposta de alternativas para minimizar os efeitos negativos das remoções forçadas, especialmente em áreas sujeitas à expansão imobiliária. Dentre os ganhos gerados para a população, chama a atenção a proposição de Alternativas de reassentamento, garantindo que as pessoas permaneçam próximas às suas redes de sociabilidade e aos locais onde consolidaram suas histórias de vida.

Aqui vamos focar em duas experiências realizadas em articulação com a sociedade civil e outros sujeitos, para mostrar na prática e com maior profundidade o que foi abordado nas reflexões das páginas anteriores. As ferramentas não são um fim em si mesmas e só ganham sentido quando articuladas entre si, assegurando a coerência entre a demanda e as possibilidades de soluções passíveis de serem adotadas.

Nos casos que apresentamos agora, as informações foram organizadas de forma a destacar as tecnologias sociais utilizadas em cada etapa do processo, os resultados alcançados e as transformações promovidas na vida da cidade.

#Cabo Camelô na Conde



EXPERIÊNCIA 1:

CABE CAMELÔ NA CONDE

“Cabe Camelô na Conde” foi uma iniciativa deflagrada em 2019, a partir de uma demanda do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal (Sintraci), que buscou apoio do Mandato Ivan Moraes para compreender e minimizar o impacto da reforma prevista pela Prefeitura do Recife, na Avenida Conde da Boa Vista, uma área de importante concentração de comércio formal e informal.

A reforma proposta pela Prefeitura do Recife na ocasião previa a construção de apenas 40 quiosques para os trabalhadores do comércio informal, número insuficiente para acomodar os mais de 300 comerciantes já atuantes na região.

Este projeto se destaca também pela articulação feita entre o mandato, a sociedade civil (Sintraci), a academia (Universidades Federal e Católica de Pernambuco), a prefeitura, e até uma empresa privada (o FabLab Recife).

FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS UTILIZADAS



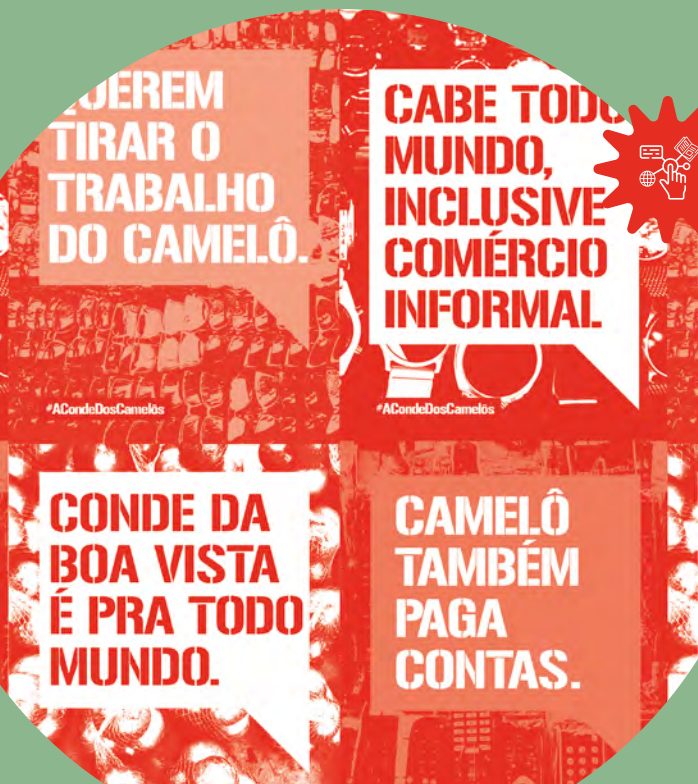
1. NOTA TÉCNICA

Profissionais das ciências sociais advindas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foram contratadas, no âmbito das vagas rotativas, para realizar uma pesquisa de campo que identificasse o perfil socioeconômico dos/as ambulantes. A pesquisa utilizou questionários impressos com questões fechadas e abertas, que foram tabuladas com apoio do software SPSS. Nesse percurso foram entrevistadas e entrevistados 304 ambulantes, mobilizados com o apoio do SINTRACI. Em conversas mediadas pelo sindicato, foram captados dados sobre a condição socioeconômica e de trabalho das pessoas que vendiam produtos na avenida. Assim, foi possível constatar que as e os comerciantes informais sustentavam mais de mil pessoas e movimentavam cerca de 4,5 milhões de reais, que se refere ao valor total movimentado pelo comércio informal na Avenida Conde da Boa Vista, em Recife, durante um ano. Este valor é fruto das transações realizadas pelos trabalhadores informais, que compram seus produtos diretamente do comércio formal local (mais de 70%), como lojas e distribuidores.



2. OFICINAS

A Nota Técnica foi seguida da realização de oficinas que garantiram a escuta dos sujeitos envolvidos, desta vez não mais numa perspectiva diagnóstica, mas assegurando-lhes o direito de se engajar na concepção de novos quiosques, integrando a presença do comércio informal ao projeto de revitalização da avenida. Professores e professoras também analisaram a via e detectaram locais em que mais quiosques pudessem ser construídos, inclusive apontando possibilidades de realocação das pessoas que trabalhavam com a venda de alimentos manipulados, em sua maioria mulheres. Essa experiência traz à tona uma proposta que reafirmou a interação entre diferentes elementos presentes nas vias públicas, como vegetação, mobilidade e comércio formal com o comércio informal.



3. COMUNICAÇÃO

Para sensibilizar a prefeitura e a própria sociedade, foi realizada uma campanha com lambe-lambes e projeções nos prédios da Avenida Conde da Boa Vista, além de um vídeo com a participação do ator Cláudio Ferrário. Todas as peças tinham o mesmo mote: Cabe Camelô na Conde.



4. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Uma audiência pública lotou o Plenarinho da Câmara Municipal (mais de 100 pessoas), apresentando os resultados da pesquisa e as propostas de ocupação da avenida. Todos os sujeitos envolvidos tiveram a oportunidade de apresentar suas questões de forma livre e direta. Foi imprescindível a articulação tanto para garantir a participação do comércio popular, mas também a presença do titular da pasta do Controle Urbano.



5. GRUPO DE TRABALHO

Um dos principais encaminhamentos da audiência foi a criação de um Grupo de Trabalho com integrantes do SINTRACI do Mandato, da UNICAPI, do FabLab, da Secretaria de Controle Urbano e da URB, empresa pública responsável pela obra. Em uma série de reuniões e debates, o grupo definiu pela ampliação do número de quiosques de 40 para 100, beneficiando um número significativamente maior de comerciantes. A construção dos equipamentos também seguiu diretrizes apontadas pelos próprios comerciantes que participaram das discussões.



6. REQUERIMENTOS

Em alguns momentos deste projeto foram utilizados requerimentos, como por exemplo para marcar a audiência pública e para registrar as demandas trazidas pelos seus encaminhamentos.



7. TRIBUNA

Durante todo o período em que esta iniciativa transcorreu, Ivan levou à tribuna o registro do que vinha acontecendo, na intenção de sensibilizar os demais mandatos e a sociedade para que pudessem também pressionar a prefeitura.

RESULTADOS E IMPACTO

1

A mudança no projeto original, ampliando o número de quiosques de 40 para 100, representou um aumento de 150% no número de beneficiários. O próprio design dos equipamentos também foi proposto e prototipado pelos comerciantes populares, em oficinas realizadas pelo FabLab, em parceria com a academia.

2

A atuação do Mandato Ivan Moraes consolidou-se como um “Mandato Ponte”, mediando entre a sociedade civil e o poder público para garantir políticas públicas mais inclusivas.

3

A seleção dos comerciantes populares que obtiveram a concessão do uso dos primeiros quiosques ficou a cargo do SINTRACI, garantindo a autonomia do sujeito de direitos relacionado ao direito buscado.

4

A partir da pesquisa de perfil socioeconômico realizada no início da iniciativa, foi detectada a necessidade de uma formação específica para as pessoas que manipulam alimentos, em sua totalidade mulheres. Esta percepção fez com que o Mandato também protocolasse e aprovasse uma emenda legislativa que garantiu o recurso para que a prefeitura realizasse um curso específico para este público

5

Reprodução da Metodologia: A metodologia aplicada no caso “Cabe Camelô na Conde” está sendo reproduzida atualmente em uma iniciativa denominada: “Cidade da Cultura Popular”, demonstrando a eficácia e adaptabilidade do modelo desenvolvido.

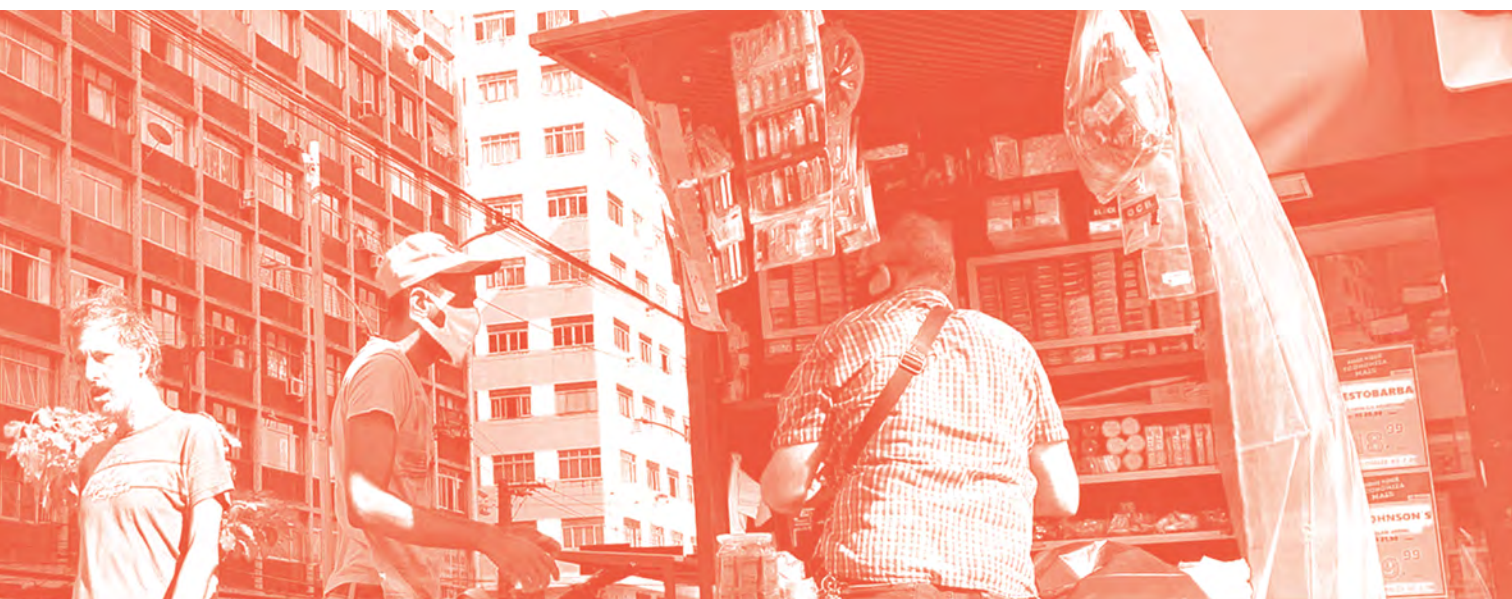
6

A partir de emenda orçamentária proposta por Ivan, a prefeitura realizou um curso de manipulação de alimentos para mulheres que atuavam no comércio informal. Esta demanda ficou negritada quando a pesquisa demonstrou que todas as pessoas que atuavam na venda de alimentos na Conde da Boa Vista eram do sexo feminino.

► Audiência Pública sobre a situação do comércio informal na Conde da Boa Vista realizada em abril de 2019

► Quiosque da Conde da Boa Vista em atividade no ano de 2020

► Oficina de prototipagem dos quiosques da Conde da Boa Vista no FabLab em 2019



POR MAIS TRANSPARÊNCIA PÚBLICA!



EXPERIÊNCIA 2:

TRANSPARÊNCIA NOS GASTOS DA GESTÃO MUNICIPAL COM PUBLICIDADE

A luta pela transparência nos gastos públicos com publicidade já era uma demanda antiga da sociedade civil, em particular de organizações como o Centro de Cultura Luiz Freire e articulações como o Fórum Pernambucano de Comunicação, que fazem parte da trajetória de Ivan. A Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, regulamenta os gastos do poder executivo com publicidade e demanda que estas despesas sejam periodicamente publicadas em seus detalhes, mas essa transparência nunca havia sido observada pela Prefeitura do Recife.

A luta pela transparência nos gastos com publicidade não é apenas uma questão de fiscalização, mas um componente essencial do direito humano à comunicação. O Mandato Ivan Moraes trabalhou para garantir que os recursos públicos fossem utilizados de forma justa e democrática, promovendo uma comunicação que sirva verdadeiramente ao interesse público. A missão agora é continuar pressionando o poder público para que cumpra seu papel em garantir uma comunicação transparente, democrática e inclusiva.

► Defesa na tribuna da Câmara Municipal do PL 21/2017 de autoria do Mandato, que pedia mais transparência nos gastos municipais com publicidade (setembro de 2017)

FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS UTILIZADAS



1. PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA

Em resposta à falta de transparência, o Mandato Ivan Moraes criou o Projeto de Lei 21/2017 que determinava que cada peça publicitária da prefeitura incluísse informações sobre seu custo de produção e veiculação. Apesar da importância da proposta e de ter pareceres opinando pela aprovação de todas as comissões necessárias, o projeto não foi aprovado pelo plenário da Câmara Municipal, devido à forte ação da Prefeitura que mobilizou sua base para votar pela rejeição.



2. REPRESENTAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Após a rejeição do projeto de lei, o Mandato representou a questão ao Ministério Público, solicitando que a Prefeitura ao menos cumprisse a legislação nacional vigente sobre transparência nos gastos com publicidade.



3. REQUERIMENTOS

Também com a rejeição do PL que pedia mais transparência, foram protocolados e aprovados no plenário requerimentos com o mesmo sentido da representação ao MPPE, solicitando que a prefeitura adequasse a divulgação dos gastos com publicidade à lei federal, de forma detalhada e sistemática através da transparência ativa.

PRA ONDE VAI NOSSO DINHEIRO?



4. PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Enquanto a prefeitura não disponibilizava dados sobre os gastos com publicidade na transparência ativa, o mandato recorreu (nem sempre com sucesso) à Lei do Acesso à Informação, realizando pedidos sobre estas despesas a partir dos meios institucionais.



5. NOTAS TÉCNICAS

Em 2018, o Mandato produziu sua primeira nota técnica sobre os gastos da prefeitura com publicidade, resultado de um levantamento realizado a partir de dados disponíveis entre o 4º trimestre de 2018 e o 1º trimestre de 2019. Esse estudo revelou um gasto de mais de R\$ 15,5 milhões no período, com 41% destinados a campanhas institucionais, e criticou a concentração de recursos em grandes veículos de mídia comercial.

A partir de 2019, tornou-se prática repetir o estudo sempre que havia publicação de planilhas nos sites da prefeitura. Todas estas notas traziam consigo recomendações como o aumento do recurso para comunicação pública, independente e popular, além de indicações para melhorar a acessibilidade do conteúdo, facilitando a pesquisa para o público em geral. Em 2022, uma nova nota técnica destacou o aumento dos gastos para R\$ 51,8 milhões, com 80% do montante destinado a campanhas institucionais. As notas subsequentes de 2023 e 2024 continham a análise comparativa dos dados, destacando o papel do Mandato no controle social e na incidência política. A última nota técnica, publicada em 2024, foi além do detalhamento das despesas com publicidade e consolidou o debate sobre transparência e o direito humano à comunicação, reforçando a necessidade de uma comunicação democrática e plural, além de negritar as lacunas da prefeitura do Recife nas políticas públicas de comunicação.

Nos últimos dois anos de mandato, as pesquisas que originaram notas técnicas foram facilitadas com a criação de uma plataforma automatizada que facilita a busca e a identificação de dados de publicidade no Portal da Transparência: <https://gastospublicidade.recife.br>. Esta ferramenta foi produzida no interior do mandato, com a contratação de um desenvolvedor a partir do uso das vagas rotativas.



6. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A publicação e divulgação de cada nota técnica foram sucedidas por audiências públicas anuais para discutir a transparência nos gastos com publicidade, fundamentando suas reivindicações com dados obtidos e estudos realizados.



► Reunião Pública sobre as leis orçamentárias municipais realizada em 2017



7. TRIBUNA

A tribuna também foi amplamente utilizada a cada nota publicada e a cada audiência realizada. Dados trazidos pelo mandato nos levantamentos anuais passaram a ser amplamente utilizados por parlamentares, imprensa e sociedade civil.



8. COMUNICAÇÃO

Os resultados das notas técnicas, assim como outras informações relativas à comunicação pública e mesmo ao direito à comunicação de forma mais geral foram amplamente divulgadas a partir dos meios de comunicação do mandato. Sobre estes temas foram produzidos materiais para redes sociais (cards e vídeos), além de uma cartilha mais completa sobre este direito, publicada no primeiro semestre de 2024.



RESULTADOS E IMPACTO

1

Melhoria na Transparência: A representação feita junto ao Ministério Público ação, junto com a pressão feita pelo mandato, fez com que a Prefeitura passasse a divulgar despesas com publicidade no Portal da Transparência, a partir de 2019.

2

Fiscalização Contínua: As notas técnicas publicadas pelo Mandato ao longo dos anos proporcionaram uma visão detalhada e crítica dos gastos com publicidade, permitindo uma maior incidência política e reforçando a necessidade de uma comunicação pública mais democrática e inclusiva. Dados obtidos e sistematizados pelo Mandato têm sido utilizados ao longo dos últimos anos por jornalistas, sociedade civil e inclusive outros parlamentares para apontar as distorções evidentes na discricionariedade dos gastos que todos os anos privilegiam as mesmas grandes empresas de mídia, sobretudo emissoras de televisão.

3

A [plataforma digital](#) que facilita as buscas sobre gastos com propaganda tornou mais acessível a análise desses dados, permitindo uma fiscalização mais eficiente por parte da sociedade.

4

A última nota técnica do Mandato, publicada em 2024, consolidou a relação entre transparência nos gastos e o direito humano à comunicação, propondo como desafios futuros a formação de jovens comunicadores, a criação de núcleos de comunicação nos territórios, e o financiamento da mídia popular comunitária e independente.

AMOR
O
MAIOR
LUTADOR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de discutir uma legislatura participativa reside na compreensão de que toda legislatura, independentemente de seus valores ou práticas, opera como um *modus operandi* que influencia conscientemente o cotidiano da cidade e de sua população. Cada legislatura, com suas características, práticas inovadoras ou tradicionais, se posiciona como um vetor de mudanças, intencionando ou não a interferência nos rumos da sociedade. Nesse contexto, a visibilidade de metodologias específicas, como a do Mandato Ivan Moraes, que valoriza a participação como sua essência, não é apenas um exercício de registro histórico, mas um convite à reflexão sobre o fazer político institucional.

A metodologia desenvolvida pelo Mandato Ivan Moraes, entre 2017 e 2024, foi construída sobre um alicerce de valores democráticos radicais, com a participação como coluna vertebral. Essa abordagem não se resume a descrever formas de atuar ou a conceituar tecnologias sociais isoladamente, mas busca integrar essas práticas a um projeto político maior, voltado para a democracia. O mandato se destacou por sistematizar um conjunto de práticas inovadoras e adaptadas às realidades locais, utilizando ferramentas e instrumentos disponíveis na Câmara de Vereadores, como audiências públicas, requerimentos e pedidos de informação, para ampliar a articulação interpartidária e entre mandatos.

Os resultados concretos dessa metodologia foram expressivos, destacando-se a construção de um ambiente interno democrático na Câmara, a conexão eficaz entre o legislativo municipal e estadual, e a promoção de uma cultura de transparência e a prestação de contas.

A comunicação desempenhou um papel central na legislatura, não apenas como um meio de divulgar ações, mas como um ferramenta que garantiu a coesão entre as práticas do Mandato e a participação cidadã. Essa dinâmica aumentou a credibili-

*A gente construiu
assim e entende
que muito da nossa
experiência pode
ser adaptada,
multiplicada,
melhorada,
renovada.
Pega a ideia e
faz o teu, heinça!*

de do poder público e a resolutividade das demandas apresentadas, mesmo em um contexto cheio de adversidades.

Além disso, o Mandato Ivan Moraes, enquanto a primeira vereança do PSOL eleita em Pernambuco conclui suas duas legislaturas consecutivas como um mandato pedagógico, destacando-se por sua capacidade de formar e influenciar diferentes esferas – desde o ambiente interno da equipa até a população em geral.

As práticas de gestão e governança do Mandato, como a descentralização das decisões e a produção coletiva de conhecimento, demonstraram que o processo democrático deve ser valorizado pelo como se faz.

Por fim, ao reconhecer os desafios enfrentados e os legados construídos, a metodologia do Mandato Ivan Moraes oferece um modelo inspirador para novas candidaturas, atuais e futuros Mandatos Legislativos. A combinação de conhecimento técnico com sensibilidade sócio-política, posicionamento político, tudo isso aliado ao protagonismo da sociedade civil, reforça a importância de uma abordagem que integra teoria e prática na formulação de políticas públicas.

O conselho para outras legislaturas é que, ao se inspirar, replicar ou adaptar essa metodologia, considerem sempre o contexto local e a importância de uma participação ativa e consciente da sociedade na construção de um futuro mais democrático e inclusivo.

MEMÓRIA GRÁFICA DO MANDATO

TO DE LEI
UNO
CIPAL DE
ZA DE
GUELA
ULHER
G R A

para segunda

ção in





PAPEL DO MUNICÍPIO NA CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE COMUNITÁRIA



REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO RECIFE

Políticas urbanas na pauta

Data: 08/11/2017 | Horário: 08h30

Local: Sala das Comissões da
Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista



10/11/2017 PARALIZAÇÃO DO/AS TRABALHADORE/AS

Concentração 9h, na Praça do Derby.



semana Municipal
de Vivência e Prática
da Cultura Afro-Indígena
de Pernambuco

#OQUE
QUEREMOS

COLETIVO
NEGRITUDE
SALVATERRA RECIFE

CONFIRMADO

Como tá o Bode e o que podemos fazer?

Reunião com o mandato do vereador
Ivan Moraes

Horário: 18h

Local: Livroteca Brincante do Pina

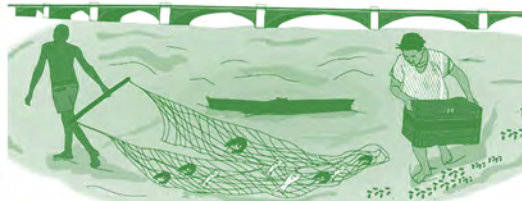
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REALIDADE DO COMÉRCIO INFORMAL NO ENTORNO DOS HOSPITAIS DO RECIFE.

Dia: 05/04/2017 | Hora: 9h às 12h

Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife



REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS NO RECIFE



AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA: 13/12/2017 | HORÁRIO: 9H ÀS 13H

LOCAL: PLENARINHO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE



Por aqui a gente se espalha,
se encontra e se inspira.
Leva a Câmara às Ruas,
e acolhe as Ruas na Câmara.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A RÁDIO FREI CANECA.

Data: 26/04/2017 | Horário: 9h às 12h

Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Impacto da política
de drogas na vida
das mulheres

OFICINA REPARATÓRIA



OFICINA PREPARATÓRIA

Política para a Juventude e Orçamento Público

Data: **25/09/17**

Horário: **14h**

Local: **Espaço Casarão**

Rua da Santa Cruz, 190,
Boa Vista, Recife.



OFICINA ORÇAMENTO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE

Data: **19/09/17**

Horário: **16h às 19h**

Local: **Espaço Casarão**

Rua de Santa Cruz, nº 190, Boa Vista
(quase em frente ao mercado da Boa Vista)



VILA NAVAL EM DISCUSSÃO Plano Específico Santo

Audiência Pública

Data: **01/11/2017** | Horário: **09h às 13h**

Local: **Plenarinho da Câmara Municipal**



CINE DEBATE

**Políticas públicas
socioambientais
na Vila Monarka**

Local: **Campo da Caixa D'Água** (por trás da delegacia do Alto do Pascoal)
Área externa do Conselho de Moradores



CINE DEBATE

**A qualidade do espaço urbano
na comunidade do Bode:
o que isso tem a ver com a insegurança**

Data: **12/09/2017** | Horário: **19h** | Local: **Praça da Rua Artur Lins**
(próximo à Livroteca Brincante do Pinheiro)

Organização: **Comunicadores/as do Bode**



SESSÃO SOLENE

**BICENTENÁRIO DA
REVOLUÇÃO DE 1817**

Dia 06 de março de 2017, às 9h da manhã,
no Plenário da Câmara Municipal do Recife.



POR MENOS, MEXE-MEXE NO ORÇAMENTO PÚBLICO DO RECIFE

**Acompanhe a votação
das Leis Orçamentárias**

Data: **21/11/2017** | Horário: **A partir das 15h**
Local: **Plenário da Câmara Municipal do Recife**



MAIS CONTROLE COM OS GASTOS COM PUBLICIDADE DA PREFEITURA!



**Complementação
Nutricional para
crianças com
Microcefalia**

**#O QUE
QUEREMOS**



**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE
TAMARINHAÇÃO MORAES LUTAS**

70 ANOS DA NAKBA

Homenagem e solidariedade ao Povo Palestino



AS A DE DE **PRA ONDE VAI**
NOSSO DINHEIRO?



COMO ESCAPAR DAS FAKE NEWS:

- ❌ Vídeo sem data
- ❌ Texto sem autoria
- ❌ Card sem assinatura
- ❌ Áudio sem autoria

Não repasse pra ninguém



UTILIDADE PÚBLICA

JUNTAS SOMOS MAIS
FORTES



SAÚDE E VISIBILIDADE LÉSBICA

REESTRUTURAÇÃO E FINANCIAMENTO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Audiência Pública
Data: 03/08/2019 | Horário: 9h às 13h
Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista

AO VIVO COM IVAN

Hoje, 24/09 às 18h | facebook.com/ivanmoraesoficial



PREFEITURA

DO RECIFE

FECHA O PAÇO

DO FREVO

POLÍTICA SE FAZ COM INVESTIMENTOS

Incentivo à Escola João Pernambuco e Orçamento Público

Oficina sobre leis Orçamentárias Municipais
Sábado, 28/09, 14 horas

REUNIÃO SOBRE ORÇAMENTO DA DANÇA NO RECIFE

2018



A 11ª MARCHA DA MACONHA ESTÁ DE PARAÓTIMOS



A GENTE QUER SABER

POR QUE A PREFEITURA NÃO TOMA OS PRÉDIOS DOS GRANDES DEVEDORES DE IPTU?

#Cabe Camelô na Conde

1.000 PESSOAS sustentadas por esse trabalho

Fonte: Pesquisa "Perfil socioeconômico das trabalhadoras e trabalhadores de comércio informal da Av. Conde da Boa Vista", realizada pelo mandato Ivan Moraes, entre os dias 11 e 15 de março de 2019, com 324 comerciantes informais.



NOVE MESES

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES



GERALDO JULIO EM.

"O MITO DO BOM GESTOR"

GOVERNO QUER AUMENTAR PASSAGEM NESTA SEXTA-FEIRA

UTILIDADE PÚBLICA

AUMENTO NA

RECIFE INVESTE POUCO EM MEIO AMBIENTE

SEM MARIELLE FRANCO

ATTITUDINAL E CIDADANIA



DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PSol

VEREADOR
IVAN
MORAES



R\$2,70
deveria ser o valor da Tarifa do Anel A, em 2017.

R\$3,20
É ILEGAL!

#Aumento não

PSol
VEREADOR
IVAN
MORAES



Audiência pública sobre imóveis abandonados e a moradia popular no centro do Recife



A PRIMEIRA INFÂNCIA E O DIREITO À CIDADE

responsal

Centro de Cultura
Luz Freire

BRASIL

ETAPAS

PSol

PSol

PSol

VEREADOR
IVAN
MORAES

AUXÍLIO PRA JUIZ É PRIVILÉGIO. MORADIA PRO POVO É UM DIREITO!



PARA O
PREFEITO, MOSTRAR
QUE TRABALHA
7x MAIS IMPORTANTE
DO TRABALHAR
PRA TER MAIS CRECHES

PSol
VEREADOR
IVAN
MORAES

#MITODOBOMGESTOR



"A GENTE QUE MORA NA COMUNIDADE SABE O QUE ACONTECE"

O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa nem autocrítica.

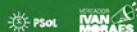
Abdias do Nascimento

Sessão Solene homenagem Dia Mundial Contra Discriminação Racial

Data: 21/03/2018
Horário: 9h às 12h
Local: Plenário da Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista



Hoje, 05/03 às 18h, o nosso AO VIVO será especialmente com o Setorial de Mulheres do mandato | facebook.com/ivanmoraesoficial



MORRO NÃO É PRIORIDADE?



O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO PILAR

DIA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA O ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA

Sessão Solene

Data: 20/06/2018 | Horário: 18h às 21h30
Local: Plenário da Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista



EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS EM ANÁLISE. BORA PARTICIPAR?

Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal do Recife

Data: 09/11/2017 | Horário: 14h
Local: Sala das Comissões da Câmara



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE SITUAÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS CACHÊS DE ARTISTAS LOCAIS EM EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DO RECIFE.

Data: 12/04/2017 | Hora: 09h às 12h
Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife

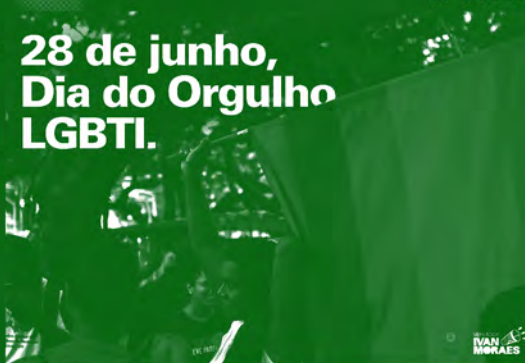


Planejamento do mandato para 2018

Data: 28/02/2018 | Horário: 18h às 21h
Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife
(Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista)



28 de junho, Dia do Orgulho LGBTI.



SAÚDE PRECISA DE ATENÇÃO, NÃO DE EXCLUSÃO!
Participe da Conferência Municipal de Saúde

Dias: 23, 24 e 25 de outubro
Local: Centro de Convenções de Pernambuco
Inscriva-se no site:
<http://cmsaude-recife.blogspot.com.br/>



RESPEITO E RESISTÊNCIA DO POVO DA JUJUREMA.



REESTRUTURAÇÃO E FINANCIAMENTO DO PREZEIS EM DISCUSSÃO

Audiência Pública

Data: 03/08/2018 | Horário: 9h às 13h

Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista



ATÉ QUANDO
A RÁDIO
FREI CANECA
FICARÁ FORA
DO AR?



AGENTE
QUER
SABER



Fazer do dia
03 de novembro
"Dia Municipal
da Comunicação
Popular"



AUDIÊNCIA PÚBLICA

O DIREITO À CIDADE SEGURA PARA AS MULHERES

Dia 07 de março de 2017, das 9 às 12h no
Plenarinho da Câmara Municipal do Recife.



Reunião Pública

Data: 15/08/2018 | Horário: 18h às 21h

Local: Plenarinho da Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista



REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO RECIFE

Políticas urbanas na pauta

Data: 08/11/2017 | Horário: 08h30

Local: Sala das Comissões da
Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista



REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS NA CIDADE DO RECIFE

Audiência Pública

Data: 13/12/2017 | Horário: 9h às 13h

Local: Plenarinho da Câmara
Municipal do Recife



O DIREITO À CIDADANIA SEGURA PARA AS MULHERES.

Dia 07/03/2017 das 9 às 12h no Plenarinho
da Câmara Municipal do Recife.

#Cabe
Camelô
na Conde

98% DA MERCADORIA
VENDIDA

vem do comércio local



Não à ADPF 293

Reunião Pública

Data: 03/07/2018 | Horário: 18h às 21h

BAIXE A NOSSA CARTILHA

acesse o link na
descrição do post e
baixe gratuitamente



IVAN
MORAES
VERADOR

BAIXE A NOSSA CARTILHA SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS

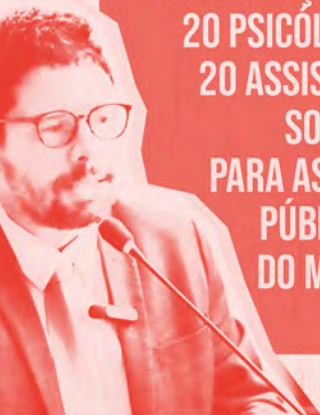
ACESSE O LINK
NA DESCRIÇÃO
DO POST E BAIXE
GRATUITAMENTE



IVAN
MORAES
VERADOR

“

**PREFEITURA AUTORIZA
CONTRATAÇÃO DE
20 PSICÓLOGOS E
20 ASSISTENTES
SOCIAIS
PARA AS ESCOLAS
PÚBLICAS
DO MUNICÍPIO.**



IVAN
MORAES
VERADOR

Do que o Recife precisa

#Antes que Chova?

RECIFE, A CIDADE DA CULTURA POPULAR UM ANÁLISE A PARTIR DO CARNAVAL

IVAN
MORAES
VERADOR



Reunião Solene para
entrega de título
de Cidadã Recifense

DAY ANNA LOU ISE



A M A N H Ã
02.07 | 16 HORAS
Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista

IVAN
MORAES
VERADOR



AUDIÊNCIA PÚBLICA

MORTALIDADE MATERNAL NO RECIFE



IVAN
MORAES
VERADOR



AUDIÊNCIA PÚBLICA

POLÍTICA E MORADIA OS DESPEJOS NA CIDADE DO RECIFE

06 (quinta) | 9 horas

Marinho da Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista



DIREITO (COMU NICA ÇÃO

MAIO - 2024

IVAN
MORAES
VEREADOR

O QUANTO
VOCÊ CONHECE
DO RECIFE
AFRO-INDÍGENA?

Acesse agora nosso estudo
e fique por dentro,
comente esse post ou
acesse o link da nossa bio.

NOTA TÉCNICA
01/2024

Recife, cidade afro-indígena.

IVAN
MORAES
VEREADOR

AUDIÊNCIA PÚBLICA
A CIDADE
DA CULTURA
POPULAR

18.06 (terça) 14 horas



BORA
DE PAPO

Com
CAROL VERGOLINO

ESPECIAL
ELEIÇÕES

IVAN
MORAES
VEREADOR

marcha da
maconha
RECIFE 2024

É HOJE!

14/09
Sábado



14:20



Praça
Oswaldo
Cruz

IVAN
MORAES
VEREADOR



“
NA CAPITAL EM QUE
O BOLSONARISMO NÃO SE CRIA,
TEMOS A OPORTUNIDADE
DE ENTERRAR DE VEZ
A EXTREMA DIREITA
E SEUS SIMPATIZANTES,
ELEVANDO O DEBATE POLÍTICO
E MELHORANDO A POLÍTICA
COMO UM TODO.”

IVAN
MORAES
VEREADOR



RECIFE, CIDADE DA CULTURA POPULAR

Acesse agora o projeto realizado com
a Universidade Católica de Pernambuco
e os nossos mestres da cultura popular.

Comente esse post ou
acesse o link da nossa bio

IVAN
MORAES
VEREADOR



A (DES) POLÍTICA HABITACIONAL DO RECIFE

Acesse agora o estudo realizado com
o Centro Popular dos Direitos Humanos,
comente esse post ou acesse o link
da nossa bio

IVAN
MORAES
VEREADOR



ACESSO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NA CIDADE DO RECIFE

IVAN
MORAES
VEREADOR







REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Vereador: saiba o papel e as funções desse representante político. Portal CNM. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RECIFE. Portal da Transparência. Portal da Transparência - PCR. Disponível em: <https://www.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Vereador: conheça o papel e as funções desse representante político. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MORAES FILHO, Ivan. Uma Nova Forma de Fazer Política à Esquerda | Ivan Moraes Filho no Trilhas da Democracia. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MORAES FILHO, Ivan. Relatórios Anuais do Mandato do Vereador Ivan Moraes Filho. Disponível em: <https://www.ivanmoraes.com.br/relatorios>. Acesso em: 24 jun. 2024.

Gabinetona - CIDA FALABELLA • vereadora PSOL/BH

MORAES FILHO, Ivan. Um Mandato, Muitas Vozes: fazendo a diferença no legislativo municipal. Recife: 2019.

MORAES FILHO, Ivan. Recife Arretado 2019. Recife: 2019.

CAROLINA, Áurea. Balanço da atuação e tecnologias sociais do mandato de Áurea Carolina na Câmara dos Deputados. 2019-2022. Belo Horizonte: Gabinetona, 2022. 125 p.

Câmara Municipal do Recife: www.recife.pe.leg.br

Notícia sobre requerimentos de Ivan Moraes: [Link 1](#)

Notícia sobre projetos de lei e requerimentos: [Link 2](#)

Relatório Pesquisa Ambulantes, mandato do vereador Ivan Moraes.

Portal da Transparência - PCR (recife.pe.gov.br)

Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br)

Portal CNM - Confederação Nacional de Municípios

“Uma Nova Forma de Fazer Política à Esquerda | Ivan Moraes Filho no Trilhas da Democracia ([youtube.com](https://www.youtube.com/))”

Ivan Moraes promove audiência sobre camelôs da Boa Vista - Blog da Folha - Folha PE

Somos Muitas: ocupar a política e radicalizar a democracia – Opinião – CartaCapital

Ocupa Política 2019: um sopro de otimismo e resistência | openDemocracy

Escola de Ativismo. “A origem e a disputa pelo sentido do termo.” Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br> consultado em 12.08.2024

Blog da Folha - Folha PE. “Ivan Moraes realiza ‘Bailanço’ de prestação de contas.” Disponível em: <https://www.folhape.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Blog da Folha - Folha PE. “Ivan Moraes faz ‘Bailanço’ de mandato no Pátio de São Pedro.” Disponível em: <https://www.folhape.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Issuu. “PRESTAÇÃO DE CONTAS MANDATO VEREADOR Ivan Moraes 2021.1.” Disponível em: https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/presta_o_de_contas_2021_1. Acesso em: 12 ago. 2024.

Moraes, I. (2024). Campanha #AntesQueChova coleta informações para prevenção de deslizamentos e alagamentos no Recife. Recuperado em 12 de agosto de 2024, de <https://www.ivanmoraesfilho.com.br/blog/campanha-antesquechova-coleta-informacoes-para-prevencao-de-deslizamentos-e>.

Marco Zero Conteúdo. (2024). Chuvas no Recife: moradores de áreas de risco ainda não sabem o que fazer nem para aonde ir. Recuperado em 12 de agosto de 2024, de <https://marcozero.org>.

Folha de Pernambuco. (2024). Ivan Moraes afirma ter um projeto para o Recife. “Essa cidade merece muito mais”. Recuperado em 12 de agosto de 2024, de <https://www.folhape.com.br>.

Dagnino, Renato. “Tecnologia social e desenvolvimento local.” Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

Mendonça, José Maurício de Carvalho. “Manual de Prática Legislativa.” Senado Federal, 2019.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes Filho, Ivan

Um mandato, uma ponte : a prática ativista no legislativo / Ivan Moraes Filho, Luciana Pinto. -- 1. ed. -- Recife, PE : Ed. dos Autores, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-24032-9

1. Ativismo 2. Brasil - Política e governo
3. Ciências políticas 4. Democracia 5. Participação política - Brasil 6. Poder legislativo I. Pinto, Luciana. II. Título.

24-240357

CDD-320.981

Índices para catálogo sistemático:

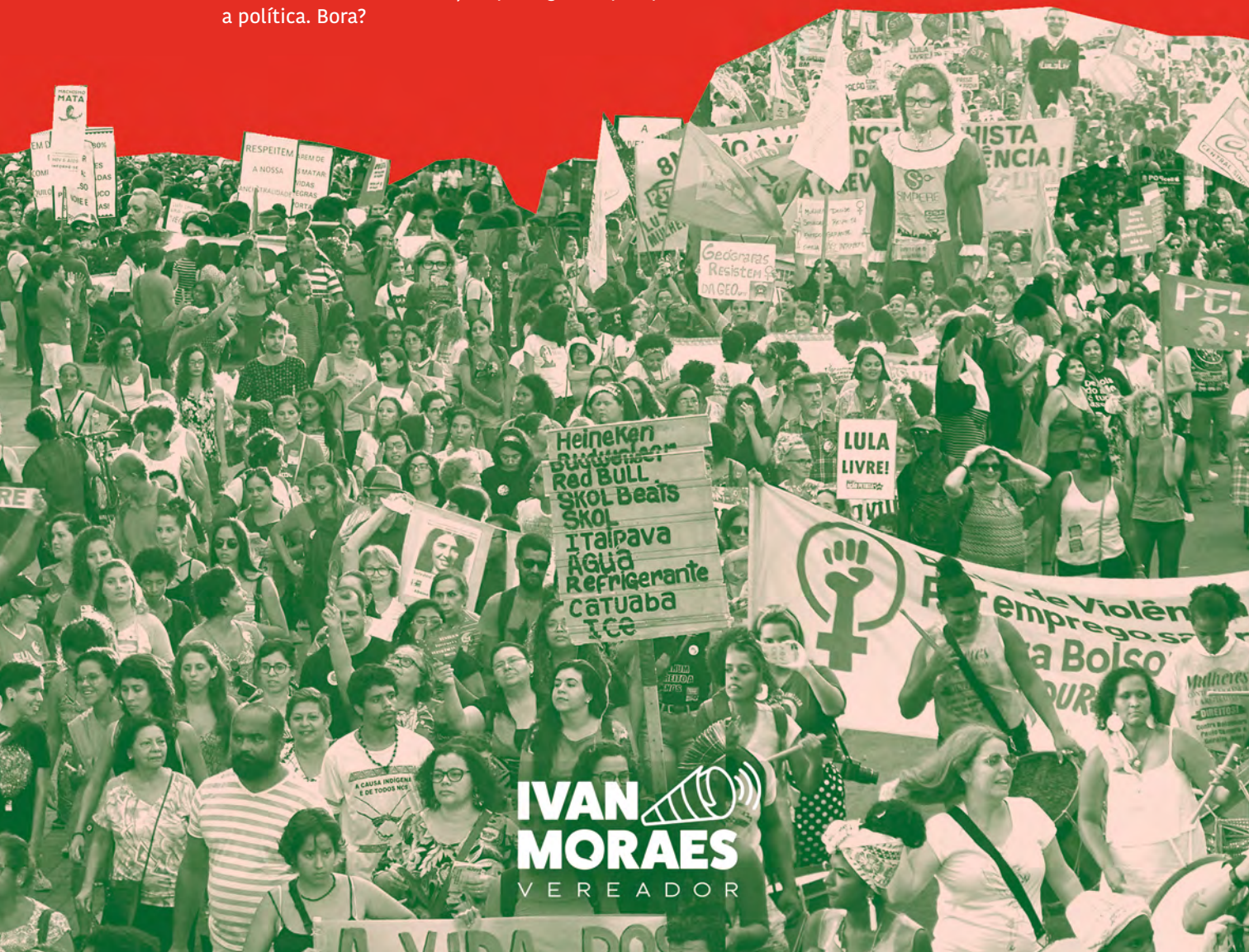
1. Brasil : Política e governo : Ciências políticas
320.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este livro foi composto em FreightText Pro,
Bowlby One e Kohinoor Bangla, e impresso em
dezembro de 2024 em Recife, Pernambuco.



O que é um mandato ativista? Como funciona, na prática, um gabinete parlamentar dedicado a fazer com que as demandas de quem se organiza para lutar por direitos possam incidir, de verdade, nos espaços oficiais de tomada de decisões? Esta publicação é fruto de oito anos de experiência num mandato legislativo na Câmara Municipal do Recife. A partir de erros e acertos, com amor às pessoas e respeito à coisa pública, buscamos realizar um trabalho baseado na colaboração, na representatividade e na transparência. Um trabalho permanentemente militante, que segue sonhando com as necessárias transformações que a sociedade precisa sem abrir mão de avançar em todas as conquistas possíveis. Um trabalho educativo, que levou o legislativo para a rua tanto quanto trouxe a rua para os espaços institucionais. Em “Um Mandato, Uma Ponte”, a gente registra este formato e coloca à disposição. De forma simples e objetiva, pomos nosso aprendizado na roda e convidamos você a seguir construindo a transformação que a gente quer para a política. Bora?



IVAN
MORAES
VEREADOR